

3.633/06

CLÁUDIO SUDARIO LOPES FILHO

**HISTÓRIA E MEMÓRIA: DOIS OLHARES SOBRE O
PASSADO DE OURO BRANCO**

Dissertação apresentada à Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR como parte das exigências do Programa de Mestrado, área de concentração Letras, para obtenção do título de mestre.

Orientador
Prof. Dr. Marcelino Rodrigues da Silva

**Três Corações
2006**

Catálogo na fonte

Claudete de Oliveira Luiz CRB - 6 / 2176

981.51

L864h

Lopes Filho, Cláudio Sudário

História e memória: dois olhares sobre o passado de Ouro Branco / Cláudio Sudário Lopes Filho; orientação de Marcelino Rodrigues da Silva. -- Três Corações : Universidade do Vale do Rio Verde de Três Corações, 2006.

60 p.

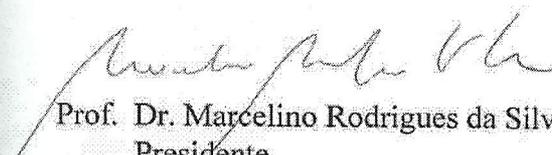
Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Letras, para obtenção do título de Mestre.

1. Ouro Branco - história. 2. História - memória. I. Silva, Marcelino Rodrigues da, orient. II. Título.

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e seis, sob a presidência do **Professor Doutor Marcelino Rodrigues**, e com a participação dos membros **Professora Doutora Beatriz Maria Eckert-Hoff** e **Professora Doutora Maria Aparecida Oliveira de Carvalho**, que se reuniram para a banca da defesa da dissertação de **Cláudio Sudário Lopes Filho**, aluno do Curso de Mestrado em Letras. O título de sua dissertação é "*História e Memória: dois olhares sobre o passado de Ouro Branco*". O resultado foi pela APROVAÇÃO. Eu, secretário, lavro a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Três Corações, 31 de agosto de 2006.


Prof. Dr. Marcelino Rodrigues da Silva
Presidente


Prof. Dr.^a. Beatriz Maria Eckert-Hoff
Membro da Banca


Prof. Dr.^a. Maria Aparecida Oliveira de Carvalho
Membro da Banca


Prof. Ms. Clóvis Luis Mazzaro
Secretário Geral
0053/2006

Aos meus pais.

A meu irmão, aos tios e a todos os familiares.

A duas pessoas exemplares: Maria do Carmo e Iracema.

A todos que me auxiliaram.

DEDICO

AGRADECIMENTOS

Ao Pai Supremo, ao Cristo Jesus, aos Arashas Sagrados, aos Srs. E..., a todos do Astral Superior pela misericordiosa assistência.

Aos meus pais e familiares consangüíneos e não consangüíneos pela confiança.

Ao orientador, Dr. Marcelino Rodrigues da Silva, pelos ensinamentos transmitidos, pela amizade, compreensão, paciência e orientação.

A todos os professores pelos conhecimentos transmitidos.

Às professoras Dr^a Aparecida Maria Nunes e Dr^a Maria Luíza Cunha Lima pelo apoio e incentivo no projeto que culminou nesta dissertação.

À professora Dr^a Geysa, aos professores Dr. Luiz Fernando e Dr. Luciano pelo incentivo e pelos ensinamentos.

A todos os amigos de classe pelo apoio, pela compreensão, paciência, colaboração.

Aos amigos pelas horas e mais horas de viagem.

À Adriana, à Karla, ao Carlos, à Ivonilde, à Daniela pela convivência, amizade e pela relação de família que conseguimos estabelecer.

À Sr^a Marieta, à Sr^a Marielza, ao Sr. Jairo e ao Sr. Walter pelo importante papel neste empreendimento.

Aos colegas, alunos, ex-alunos e a todos que direta ou indiretamente contribuíram para esta realização.

“De cacos, de buracos
de hiatos e de vácuos
de elipses, psius
faz-se, desfaz-se, faz-se
uma incorpórea face,
resumo de existido ”.

Carlos Drummond de Andrade

SUMÁRIO

| | Página |
|-----------------------------------------------------------------|-----------|
| RESUMO..... | 9 |
| ABSTRACT..... | 10 |
| INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 1 HISTÓRIA E MEMÓRIA COMO GÊNEROS DISCURSIVOS E TEXTUAIS | 13 |
| 1.1 Os gêneros discursivos e textuais..... | 13 |
| 1.2 O discurso da história..... | 16 |
| 1.3 O texto memorialístico..... | 20 |
| 2 UMA VISÃO HISTÓRICA DO PASSADO..... | 25 |
| 2.1 O <i>Atlas</i> e a história..... | 25 |
| 2.2 Um texto histórico tradicional..... | 27 |
| 2.3 Uma versão interessada..... | 32 |
| 3 O OLHAR MEMORIALÍSTICO..... | 39 |
| 3.1 Histórias, lendas e causos..... | 39 |
| 3.2 Subjetividade e contradição..... | 42 |
| 3.3 Ficção, humor e o choque da modernização..... | 46 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 51 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 54 |
| ANEXOS..... | 57 |

LISTA DE FIGURAS

| | Página |
|-------------------------------|--------|
| FIGURA 1 Globo..... | 34 |
| FIGURA 2 Brasão..... | 35 |
| FIGURA 3 Bengalão..... | 36 |

RESUMO

LOPES FILHO, Cláudio Sudário. **História e Memória: dois olhares sobre o passado de Ouro Branco**. 2006. 60 p. (Dissertação – Mestrado em Letras). Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR – Três Corações-MG *

Esta dissertação é um estudo comparativo de diferentes gêneros discursivos e textuais empregados para a recuperação, a representação e a reflexão sobre o passado, particularmente os gêneros conhecidos como “história” e “memória”. Para conduzir a discussão, foi feita a análise de dois livros que contam o passado da cidade de Ouro Branco. O primeiro, tido como pertencente ao gênero história e de autoria coletiva, intitula-se *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco* (2004); e o segundo, tomado como memorialístico, é o livro *Ouro Branco – histórias, lendas e causos* (1998), de autoria de Germano de Moraes. Ao utilizarmos esses dois livros para exemplificar os gêneros textuais e discursivos em foco, pudemos também refletir sobre o modo como o passado da comunidade ourobranquense vem sendo reconstituído e apresentado aos seus próprios membros.

* Orientador: Dr. Marcelino Rodrigues da Silva – UNINCOR.

ABSTRACT

LOPES FILHO, Cláudio Sudário. **History and Memory: two looks about Ouro Branco past.** 2006. 60 p. (Dissertation / Master Degree in Arts). Universidade Vale do Rio Verde – UNINCOR – Três Corações-MG *

This dissertation is a comparative study of different textual and discursive kinds, used to recuperate, represent and reflect about the past, particularly the kinds known as “History” and “Memory”. To guide this discussion, it was made an analysis of two books that tells the past of Ouro Branco city. The first was part of the history kind, collective authorship, named *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco* (2004) and the second, about the kind memory, is the book *Ouro Branco – histórias, lendas e causos* (1998), Germano de Moraes’s authorship. Using these two books to exemplify the textual and discursive kind in focus, we could also reflect about the way the past of this community is being rebuilt and showed to its own members.

INTRODUÇÃO

O objetivo central desta dissertação é fazer um estudo comparativo de diferentes gêneros discursivos e textuais empregados para a recuperação, a representação e a reflexão sobre o passado, particularmente os gêneros conhecidos como “história” e “memória”. Para conduzir essa discussão, é feita a análise de dois livros que contam o passado da cidade de Ouro Branco. O primeiro, tido como pertencente ao gênero História e de autoria coletiva, intitula-se *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco* (2004); e o segundo, tomado como memorialístico, é o livro *Ouro Branco – histórias, lendas e causas* (1998), de autoria de Germano de Moraes. Ao utilizarmos esses dois livros para exemplificar os gêneros textuais e discursivos em foco, abriu-se também a oportunidade de refletir um pouco sobre o modo como o passado da comunidade ourobranquense vem sendo reconstituído e apresentado aos seus próprios membros.

Deve-se ressaltar que este trabalho não tem nenhuma intenção de ser um estudo historiográfico, ou seja, não se pretende aqui descobrir ou discutir qual é a “verdadeira” história de Ouro Branco. Pretende-se, sim, fazer uma análise dos textos presentes nos dois livros, a partir da reflexão teórica sobre esses dois gêneros discursivos e textuais. Os acontecimentos da história da cidade, no entanto, estão sempre em foco, pois constituem o objeto dos textos analisados. Como não somos naturais de Ouro Branco, não tínhamos a princípio uma grande bagagem de informações sobre seu passado, assunto que nos foi praticamente apresentado por esses textos. Por isso não havia de nossa parte, inicialmente, nenhuma posição previamente assumida em relação aos fatos narrados nos livros e às diferentes formas de representá-los. Buscamos apenas tentar entender como o passado é recriado no presente, observando as conexões existentes entre esses tempos e seguindo os rastros e vestígios dos acontecimentos pretéritos.

É oportuno, aqui, registrar algumas indagações que nortearam este trabalho: o que é história? O que é memória? História e Memória, como gêneros discursivos, apresentam algumas semelhanças? E quais seriam as suas diferenças? Um texto tido como histórico é puramente objetivo?

Para tentar responder a essas questões, a pesquisa teve que seguir um determinado roteiro de trabalho, cujos passos constituíram os capítulos da dissertação. No primeiro capítulo, cujo título é “História e memória como gêneros discursivos e textuais”, faz-se o levantamento das referências teóricas necessárias à realização de nosso objetivo, ou seja, a

discussão sobre os conceitos de gêneros discursivos e textuais bem como sobre as características e condições de enunciação dos discursos historiográfico e memorialístico. No segundo capítulo, intitulado “Uma visão histórica do passado”, é feita a abordagem do *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco*, buscando-se identificar nele as características do gênero história e analisar criticamente o modo como ele reconstitui o passado da cidade. No terceiro capítulo, que leva o nome de “O olhar memorialístico”, o livro *Ouro Branco – histórias, lendas e causos* é analisado, com a finalidade de apontar os elementos que nos permitem vê-lo como um texto do gênero memória e perceber suas semelhanças e diferenças em relação ao texto histórico. Finalmente, nas considerações finais da dissertação, tentamos recuperar as linhas gerais da argumentação do trabalho, consolidando nossas conclusões sobre as relações entre os dois gêneros e sobre os dois livros analisados.

1 HISTÓRIA E MEMÓRIA COMO GÊNEROS DISCURSIVOS E TEXTUAIS

1.1 Os gêneros discursivos e textuais

Para que possamos cumprir os objetivos desta dissertação – discutir as diferentes formas textuais e discursivas pelas quais o passado de Ouro Branco é recuperado, recriado e interpretado – é necessário, antes, rever alguns conceitos que serão importantes na discussão, tais como os conceitos de texto, discurso e gêneros discursivos e textuais.

Existem diferentes concepções de texto. Bronckart afirma que texto é “toda unidade de linguagem situada, acabada e auto-suficiente (do ponto de vista da ação ou da comunicação)” (BONCKART, 1999, p. 75). Percebe-se assim que o texto é delimitável. Recorrendo a Marcuschi (2002, p. 29), encontramos texto como sendo um “acontecimento lingüístico” – isso tanto ao ser produzido quanto ao ser lido. Ele, o texto, está ligado às necessidades de comunicação das pessoas. E, de acordo com as esferas sociais em que são utilizados, esses textos vão se diversificando e adquirindo características específicas. Destarte, passam a pertencer a um conjunto de textos e, socialmente, esses conjuntos são designados como gêneros. Os gêneros são em número infinito.

Buscando em Bakhtin, teremos gêneros do discurso como sendo tipos relativamente estáveis de enunciados. Associando a isso as noções de dialogismo, hibridismo e polifonia, e por entender que o texto é dinâmico, podemos considerar, junto com Rojo (2004, p.12), “gêneros do discurso [como] um objeto discursivo ou enunciativo”.

Nossos enunciados dispõem de uma forma-padrão. Essas formas-padrão são o que podemos chamar de gêneros do discurso. Cada esfera de utilização da língua elabora seus gêneros discursivos. Pelo fato de as esferas de utilização da língua serem heterogêneas, os gêneros também apresentam grande heterogeneidade. Bakhtin, por isso, diz existirem gêneros primários – aqueles que são criados em situações de comunicação do dia a dia das pessoas (bilhetes, cartas, diálogos); e gêneros secundários – textos que fazem parte de um uso mais oficializado da linguagem (romance, teatro, discurso científico etc.).

Para Bronckart (1999), a expressão gênero textual é empregada na medida em que, necessariamente, todo texto se inscreve em uma família de textos. Em Marcuschi (2002, p. 22-3), verificaremos a expressão gênero textual, que segundo o autor é usada:

Como uma noção propositalmente vaga para referir os textos materializados que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sócio-

comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição característica.

Para Bakhtin, o texto pode ser constituído por vários gêneros – construções híbridas – quando temos um “enunciado que, segundo índices gramaticais (sintáticos) e composicionais, pertence a um único falante, mas onde, na realidade estão confundidos dois enunciados, dois modos de falar, dois estilos, duas linguagens” (*apud* ROJO, 2004, p. 05).

Ainda observando os conceitos de Bakhtin (2000, p.316), verificamos que os enunciados estão em permanente diálogo. Tidos como peças importantes no processo de comunicação verbal, os enunciados refletem-se uns nos outros, estabelecendo relações dialógicas entre o eu e o outro.

Nessa interação verbal, percebemos que de certo modo o locutor é um respondente, já que não é o primeiro locutor. Dessa forma, ele admite não só a existência do sistema da língua que utiliza como também a existência de enunciados anteriores (sejam dele ou de outros). Na realidade, todo enunciado sempre responde, de uma forma ou de outra, a enunciados anteriores (BAKHTIN, 2000, p.319). Devido a essa alternância dos sujeitos falantes - alternância esta que compõe o contexto de um enunciado – percebemos que todo enunciado comporta um começo e fim absolutos, mas faz parte de um diálogo permanente. Antes de seu início, há os enunciados dos outros; depois de seu fim, há os enunciados-respostas dos outros (BAKHTIN, 2000, p.294).

Possuímos um vasto repertório de gêneros discursivos. Apreendemos esses gêneros através de enunciados concretos que ouvimos e reproduzimos durante a comunicação verbal viva. Numa determinada situação de comunicação, sabemos qual gênero está sendo usado pelo(s) outro(s) e qual gênero empregar em dada situação. Quanto à escolha de determinado gênero, Bronckart (1999) afirma que ela deverá considerar os objetivos que o locutor pretende alcançar e o contexto em que será utilizado.

Quanto à significação, para observá-la de forma completa não se deve analisar os enunciados isoladamente; precisa-se do contexto, porque não lidamos com a palavra isolada. Assim sendo:

Quando construímos nosso discurso, sempre conservamos na mente o todo do nosso enunciado, tanto em forma de um esquema correspondente a um gênero definido como em forma de uma intenção discursiva individual (BAKHTIN, 2000, p. 310).

Por isso é o enunciado um elo na cadeia da comunicação verbal: parte de alguém e se dirige a alguém.

Observamos que os conceitos de texto e discurso, assim como de gêneros discursivos e textuais, se aproximam, embora possuam também as suas diferenças. Para não confundirmos texto e discurso, podemos dizer que:

Texto é uma entidade concreta, realizada materialmente e corporificada em algum gênero textual. Discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva. Assim, o discurso se realiza nos textos (MARCUSCHI, 2002, p. 24).

Confirmando essa relação entre texto e discurso, Bronckart diz que texto é “produto da atividade humana”. Ele está ligado “às necessidades, aos interesses e às condições de funcionamento das formações sociais no seio das quais é produzido” (BRONCKART, 1999, p. 72).

É necessário, portanto, observar que aqueles que adotam a teoria dos gêneros textuais tendem a focalizar os aspectos estruturais e formais do texto. Já aqueles que adotam a teoria dos gêneros discursivos tendem a recorrer a autores e conceitos variados de base enunciativa, ressaltando, além das marcas lingüísticas, aspectos ideológicos e sociais do texto.

Sabemos que as diversas atividades humanas estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Quanto a isso, Bakhtin argumenta que “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua” (BAKHTIN, 2000, p.282).

Destarte, percebemos que, dada a situação, as palavras vão se agrupando. E, de acordo com o que se pretende, vão formando os textos e estes se enquadrando nos gêneros (sejam primários ou secundários). Gêneros estes que, segundo Bakhtin, estão sujeitos a mudanças decorrentes das transformações sociais, de novos procedimentos de organização e acabamento da arquitetura verbal e também de modificações do papel a ser desempenhado pelo ouvinte. Assim sendo, compreendemos a dialogia presente na comunicação verbal.

1.2 O discurso da história

Podemos dizer que história e memória são gêneros discursivos e textuais dedicados à reconstrução e à conservação de informações e interpretações sobre o passado. Apesar dessa e de outras semelhanças, no entanto, são dois gêneros textuais e discursivos diferentes, com suas próprias esferas de circulação social e estruturas formais e composicionais típicas. Por isso, é relevante aqui caracterizá-los e diferenciá-los, bem como compreender suas semelhanças e proximidades.

Começamos pelo gênero discursivo e textual história. Sabemos que, dependendo do contexto, podemos perceber uma duplicidade de sentidos para a palavra história. Conforme Luís Alberto Brandão Santos (2000, p.45), este vocábulo pode ser utilizado para mostrar, em sua dimensão temporal, a experiência humana no seu processo de constante metamorfose, e pode também indicar não a experiência humana em si, mas o seu relato. Nesse caso, o vocábulo história é sinônimo de historiografia, forma de registro da realidade, ou seja, um gênero textual ou discursivo.

Além disso, a palavra história também é utilizada para designar qualquer narração de acontecimentos, sejam eles verdadeiros ou inventados, reais ou ficcionais. Nesta dissertação, no entanto, não é esta a acepção considerada, estando fora de nosso escopo os textos e discursos de caráter ficcional, tais como os textos literários.

Como é sabido, a história é geralmente uma narração. Também não é novidade que na narração encontramos o acontecimento a ser narrado, os personagens envolvidos nesse acontecimento, a maneira como ele se desenrolou, o tempo da ação e o local em que ela se deu. Eventualmente, a história pode também contemplar a razão do fato narrado, bem como seus resultados e/ou conseqüências, utilizando-se geralmente para isso da argumentação.

Quanto ao tempo, podemos dizer ser ele a localização cronológica do acontecimento. É comum a ação se desenvolver em diferentes momentos: passado distante, passado próximo e presente. O tempo presente normalmente acontece, como afirmam Savioli & Fiorin (1996, p. 230), quando o narrador quer criar uma situação “em que haja concomitância entre o tempo da narração e o dos acontecimentos narrados, para simular que eles estão acontecendo no mesmo momento em que estão sendo narrados”. Quanto ao momento passado, os autores afirmam que o uso do pretérito é valioso na narração, pois:

O ato de narrar ocorre, por definição, no presente, dado que o presente indica uma concomitância em relação ao momento da fala (no caso, fala do narrador), ele é

posterior à história contada, que, por conseguinte, é anterior a ele; por isso o subsistema do pretérito (SAVIOLI & FIORIN, 1996, p.230).

Assim, na história o tempo é construído pelo discurso do historiador, diferindo, portanto, da percepção temporal existente no senso comum. Através da narrativa e da linguagem, o historiador tenta reconstruir a passagem e a duração do tempo efetivamente vivido na experiência individual ou coletiva.

Pelo exposto, percebe-se que o gênero discursivo e textual história tem suas origens relacionadas às da própria narrativa oral. As pessoas narravam os acontecimentos dos quais participaram efetivamente ou sobre os quais tinham ouvido contar. Embora esses registros pudessem se perder, pudessem ser suplantados por outros (isso dependendo das intenções do contador de histórias), tinha-se, assim, uma seqüência de eventos marcantes de um período ou parte da vida da humanidade, de um grupo social ou de um indivíduo. Essas narrativas eram baseadas em acontecimentos e personagens reais, embora possamos supor que bem cedo elas de alguma forma começaram a incluir fatos imaginários e adquirir algum caráter ficcional.

Sabe-se que o desejo de deixar para as futuras gerações relatos do passado é muito antigo. No Oriente Médio (Irã, Mesopotâmia e Ásia Menor) e na China, os primeiros documentos escritos datam do início do IV milênio ao início do I milênio a.C. Como exigiam o conhecimento dos códigos de escrita, esses textos históricos eram geralmente produzidos e lidos por pessoas pertencentes às elites da sociedade. No mundo ocidental, textos históricos escritos foram produzidos desde a Antigüidade Greco-Romana, por autores como Heródoto, Tucídides e Tito Lívio.

As narrativas orais, obviamente, já existiam antes disso, tendo sua origem ligada ao próprio surgimento da linguagem. Por não exigirem o domínio da escrita, essas narrativas orais, mesmo que de cunho histórico, podiam ser produzidas ou recebidas por pessoas de quaisquer classes sociais, possuindo, assim, um caráter mais popular.

Com o passar dos tempos, os textos históricos orais foram sendo transpostos para o escrito – o que, segundo Clanchy (*apud* LE GOFF, 1996, p.53), deu margem à “conversão de uma produção escrita elitista e memorizada numa produção escrita de massa”. Esse acontecimento atingiu o apogeu, nos países ocidentais, no século XIX, porém suas origens, nesse contexto, datam dos séculos XII e XIII. Com a transposição para o escrito, os relatos foram sendo compilados e esses documentos, que foram reunidos em arquivos e bibliotecas, tornaram-se fontes de consulta, passaram a exercer um papel de grande importância para a história – que viria a tornar-se uma ciência. “A necessidade do historiador de misturar relato e

explicação” fez “da história um gênero literário, uma arte ao mesmo tempo que uma ciência” (LE GOFF, 1996, p.12).

A História, como disciplina científica, teve o seu apogeu no século XIX, que foi considerado “o século da história” (LE GOFF, 1996, p.18). Dentre os vários acontecimentos no referido século, observa-se, no quadro econômico, a expansão da Revolução Industrial. No sentido social, Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848, no *Manifesto Comunista*, analisam o problema da diferença e luta de classes numa perspectiva histórica, chegando, assim, às bases do socialismo científico. No campo científico, dentre as inúmeras descobertas, está a teoria evolucionista de Charles Darwin, a partir da publicação de *A origem das espécies* (1859). Na filosofia, destaca-se o positivismo de Augusto Comte, que propunha a análise e o conhecimento do mundo com base nos fatos e na experiência concreta.

Três palavras importantes para a história do século XIX: positivismo, evolucionismo e socialismo. Moldado nesse contexto ideológico, o gênero discursivo história, tal como o conhecemos hoje, é parte de uma ciência, pretende ser factual. Com a sua pretensão de verdade, a história busca a objetividade, querendo excluir de seu trabalho as interferências do ponto de vista do historiador. Por isso, os textos históricos geralmente fazem menor uso de elementos poéticos, como as figuras de linguagem, e almejam à eliminação completa dos elementos ficcionais. Para confirmar sua suposta veracidade, esses textos frequentemente procuram se basear em documentos e indícios materiais.

Muitas vezes, a história parece confusa, misturada e incompleta. Então, encontramos sentido e concordamos com Ricoeur quando ele diz que “a história quer ser objetiva e não pode sê-lo”, “quer fazer reviver e só pode reconstruir”, “quer tornar as coisas contemporâneas, mas ao mesmo tempo tem de reconstruir a distância e a profundidade” (RICOEUR *apud* LE GOFF, 1996, p.21).

Essa idéia de Ricoeur nos remete a mais um conceito para a palavra história, proposto por Marc Bloch. Para este autor, “história é a ciência dos homens no tempo” (MARC BLOCH *apud* LE GOFF, 1996, p.23). Com esse conceito, percebemos a contemporaneidade da história. Apesar de os fatos terem acontecido há tempos, tenta-se, no presente, reconstruí-los.

O papel tradicional do historiador, por meio das novas leituras do pretérito, é estabelecer e deixar clara e patente a verdade, ou o que ele julga ser a verdade, pois nessas novas leituras podem acontecer perdas, mortes e (re) nascimentos. Constatamos que há a relatividade da verdade. Como diz Génicot (*apud* LE GOFF, 1996, p.29), é impossível ao historiador ser objetivo, afastar-se das suas idéias (do seu ponto de vista), quando se trata de avaliar o mérito dos acontecimentos e as suas relações causais.

“No empenho de reconstruir ‘o que aconteceu’ num dado período da história” (WHITE, 1994, p.65), a escrita da história sempre propõe sentido para as informações. Porque, embora se apresente como meramente factual, essa escrita é uma forma de interpretação, e nesse caso não podem ser distinguidos claramente o decifrar e o inventar.

Ao incansável trabalho do historiador probo somando-se a curiosidade que o instiga e o faz encontrar e descobrir verdades parciais, chega-se à objetividade relativa da história. Quanto a isso, o filósofo Paul Ricoeur (*apud* LE GOFF, 1996, p.33) diz que a forma como a história nasce e renasce nos demonstra uma certa objetividade – objetividade esta que é da competência da história e por nós esperada –, o que não significa sujeição aos acontecimentos. Pois a história apresenta o acontecimento que é real, por isso ela é ciência e é objetiva. O que muda é o enfoque: ao narrar, o historiador opta por um ponto de vista ou uma escola de pensamento e, conseqüentemente, seleciona e destaca certos fatos e endossa certos valores, sejam eles sociais, políticos, etc.

Tratando do mesmo problema e partindo do pressuposto de que qualquer discurso é em grande medida definido pelo sujeito e pelas circunstâncias da enunciação, Roland Barthes define a objetividade da história como um artifício por meio do qual o historiador esconde essas marcas. A objetividade, então, seria um estilo, como outro qualquer, caracterizado pela “carência dos signos do enunciante” (BARTHES, 1988, p. 149). Desse modo, o historiador procura mascarar o fato de que aquela é a sua versão dos acontecimentos narrados, simulando uma total transparência do relato. Assim, “o discurso histórico não segue o real, apenas o significa, sem deixar de repetir ‘aconteceu’”, querendo com isso esconder o papel de mediador do historiador e da própria linguagem (BARTHES, 1988, p. 156).

Sabemos que o papel da história não é apenas relatar, estabelecer e revelar acontecimentos, tampouco ela pode ser reduzida a uma narração, a um conto. Para Le Goff (1996), o conto possui um lugar de ordem pedagógica - o conto é preâmbulo, prefácio, embora exija do historiador um difícil trabalho. O autor continua e afirma que o conto é colocado “na base da lógica do trabalho histórico”, pois, por ser de ordem pedagógica, “corresponde simplesmente à necessidade que há, em história, de expor o como, antes de procurar o porquê” (LE GOFF, 1996, p. 35).

Do contexto de produção do texto histórico dependerá a apreensão da “real” significação dos acontecimentos. E para se chegar a essa significação, o historiador trabalha com diferenças e semelhanças: compara, confronta e conduz a um raciocínio. Um outro historiador que estudar o mesmo acontecimento terá sua própria forma de nos conduzir à conclusão por ele pretendida. Terá, então, o historiador, o seu próprio discurso. Como nos diz

Gordon Leff, “a própria história é um processo empírico, delineado pelo historiador” (*apud* LE GOFF, 1996, p.47).

Buscando encontrar o sentido e os nexos causais dos acontecimentos, através da argumentação, a história parte de uma situação ímpar e tenta atingir o geral. No dizer de Paul Veyne, “a história interessa-se por acontecimentos individualizados dos quais nenhum é a inútil repetição do outro (...): ela procura compreendê-los, isto é, reencontrar neles uma espécie de generalidade” (*apud* LE GOFF, 1996, p.39). Assim, mais uma vez inferimos que, mesmo com sua pretensão de objetividade, a história é sempre interpretativa: remete a fatos concretos e também a fatos abstratos, construídos pelo historiador.

Chegamos, nesta caminhada, a mais um conceito para história, apresentado por Le Goff. Ele nos diz que a história é móvel; “a história não é a pura mudança, mas sim o estudo das mudanças significativas” (LE GOFF, 1996, p.47). Destarte, por essa capital tarefa do historiador, percebemos ser ele “um intérprete do passado”. Já temos observado várias vezes as complexas relações entre presente e passado no discurso historiográfico. Quanto a isso, Le Goff (1996, p.51) nos diz que há uma relação de dependência: mesmo que seja de forma parcial, o pretérito depende do presente.

1.3 O texto memorialístico

Le Goff (1996, p.13) nos diz que “o tempo da história encontra o velho tempo da memória”, cuja multiplicidade lhe oferece os elementos. Com isso, ele parece sugerir que a memória é mais diversa e plural do que a história e que esta faz daquela uma de suas fontes de pesquisa. Mais à frente, na mesma obra, o autor diz que “a memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro” (LE GOFF, 1996, 477). Essas observações podem, então, nos servir como ponto de partida para contrapor, ao gênero discursivo e textual história, o conceito de memória e o texto memorialístico.

Como sabemos, memória é arquivo vivo, é lembrar-se de algo, de alguém. Esse lembrar-se, do latim *memorare* - que significa trazer à memória, recordar -, faz-nos pensar na memória pelo menos sob dois aspectos. Primeiro, como atividade biológica e psíquica que permite reter e recuperar as experiências anteriormente vividas. Segundo, como uma narração do passado a partir daquela atividade psíquica, ou seja, como um gênero textual ou discursivo.

Para Bosí, a memória, como atividade psíquica:

Permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo “atual” das representações. (...) A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1979, p. 09).

Sabemos que, além das memórias individuais, há também a memória coletiva. A relação entre as duas, como nos mostra Halbwachs (*apud* POLLAK, 1989, p.01), depende dos pontos de referência que estruturam essas duas instâncias da memória: monumentos, paisagens, datas, personagens históricas, tradições, costumes, música, folclore etc. Uma memória estritamente individual, a rigor, não é possível. A lembrança íntima do indivíduo sempre se mistura com o passado dos grupos com que ele se relaciona ou se relacionou ao longo de sua vida (ARRIGUCCI, 1987, p.76).

A memória de uma sociedade – a forma mais completa da memória coletiva – é constituída a partir do entrelaçamento existente entre as memórias individuais e a memória de um grupo – uma conciliação entre elas. Halbwachs afirma que:

Para que nossa memória se beneficie da dos outros, não basta que nos tragam seus testemunhos: é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras para que a lembrança que os outros nos trazem possa ser reconstituída sobre uma base comum (HALBWACHS *apud* POLLAK, 1989, p. 01,02).

Sabemos que, conforme as circunstâncias, certas lembranças emergem: a ênfase é dada a um ou outro aspecto. O presente dá vida ao passado – as histórias podem ser apresentadas de diversas maneiras, em função do contexto no qual são relatadas. Há a reconstrução do passado, o (re) lembrar as experiências do pretérito.

Assim, percebe-se o passado entrando no universo pessoal, conforme nos assegura William Stern (*apud* BOSI, 1979, p.28-9) quando diz ser a lembrança a história da pessoa e de seu mundo, enquanto vivenciada. Continuando, diz – nos Stern que:

A função da lembrança é conservar o passado do indivíduo na forma que é mais apropriada a ele. O material indiferente é descartado, o desagradável alterado, o pouco claro ou confuso simplifica-se por uma delimitação nítida, o trivial é elevado à hierarquia do insólito; e no fim formou-se um quadro total, novo, sem o menor desejo consciente de falsificá-lo.

Se lembramos é porque os outros e a situação presente nos fazem recordar (BOSI, 1979, p.17). Essa lembrança não é a mesma nos diferentes momentos da vida das pessoas envolvidas na situação recordada. Isso porque, como os tempos mudam, nossa percepção também muda, alteram-se nossas idéias, nossos valores: uns podem se perder, outros podem ser suplantados por novos

valores e idéias etc. Bosi (1979) nos diz que nossa visão do passado está sempre se transformando. Temos dificuldade de reviver o passado da forma que realmente aconteceu, pois “o conjunto de nossas idéias atuais, principalmente sobre a sociedade, nos impediria de recuperar exatamente as impressões e os sentimentos experimentados a primeira vez” (BOSI, 1979, p. 21). Ou como afirma Halbwachs:

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. Certamente, que se através da memória éramos colocados em contato diretamente com algumas de nossas antigas impressões, a lembrança se distinguiria, por definição, dessas idéias mais ou menos precisas que nossa reflexão, ajudada pelos relatos, os depoimentos e as confidências dos outros, permite-nos fazer uma idéia do que foi o nosso passado (HALBWACHS, 1990, p. 72).

Ao relembrarmos o passado, podemos narrá-lo e, como sabemos, a arte narrativa não está nos livros, ela tem suas origens na oralidade. Isso nos remete a um período em que as pessoas sentadas, por exemplo, à beira de um fogão a lenha (principalmente em cidades do interior) ouviam os avós e os pais contarem suas histórias, lendas e causos. Assim, ficção e realidade se misturam e há momentos em que não se pode ou se quer separá-las, seja pelo fato de as pessoas testemunharem com vivacidade as lembranças ou pela “permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido” (POLLAK, 1989, p.06-7). Podemos dizer que essas histórias fazem parte da memória da sociedade, por meio da qual ela constrói sua identidade cultural e uma visão mais livre do seu passado.

No dizer de Benjamin “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1994, p. 201).

Pelo exposto, fica claro que a memória, no aspecto ideológico/discursivo, não é ciência. O texto é produzido com base no modo como o indivíduo ou o grupo social vê o passado, a partir da sua posição enunciativa. Encontra-se claramente no texto memorialístico a relação com a identidade individual ou coletiva.

Lembrança puxa lembrança. Assim, na tentativa de reconstruir o passado, o narrador quer criar passagens e vias de comunicação entre pretérito e presente, tentando seguir os rastros e vestígios de acontecimentos passados. Novamente, nos deparamos com a capital importância do narrador, pois, como nos assegura Bosi:

Todas as histórias contadas pelo narrador inscrevem-se dentro de sua história, a de seu nascimento, vida e morte. E a morte sela suas histórias com o selo do perdurável. As histórias dos lábios que já não podem recontá-las tornam-se

exemplares. E, como reza a fábula, se não estão ainda mortos, é porque vivem ainda hoje (BOSI, 1979, p. 47).

Mais uma vez, ressaltamos a importância do narrador na constituição do texto memorialístico, pois sabemos que suas histórias devem “reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos” (BOSI, 1979, p.48). Revivemos, assim, com nostalgia, pelo discurso da memória, as reminiscências. E essas, como se sabe, não são feitas de documentos.

É importante lembrar, como nos mostra Arrigucci (1987, p.84-5), a distinção entre a memória voluntária e a memória involuntária. Em um certo aspecto, a primeira está relativamente próxima do conceito de historiografia, pois ao modelar o passado o narrador procura reconstruir intencionalmente um sentido e uma coerência para os fatos pretéritos. Isso se aproxima do esforço do historiador que, apoiado em documentos e registros materiais, tenta trazer para o presente os acontecimentos do ontem. A segunda – a memória involuntária – acontece quando são dadas vez e voz à imaginação. Podemos perceber, então, que a memória involuntária também tem a capacidade de dar sentido para o que antes era incompleto e sem nexos, embora isso aconteça de forma efêmera. É o que o autor chama de revelações - momentos transformados em imagens, em torno das quais se juntam misteriosamente partes do passado, numa unidade de fulgurante luz simbólica. No dizer de Nava, esses são momentos de uma “esmagadora oportunidade poética” (*apud* ARRIGUCCI, 1987, p.85).

Por não estar preso ao ideal da objetividade, o texto memorialístico costuma ser abertamente subjetivo e interpretativo: o enunciante aparece, deixando clara para o leitor a sua posição enunciativa. Por isso, nesse gênero há maior liberdade formal no uso da linguagem, que pode ser mais poética, com maior espaço para a utilização de figuras e elementos ficcionais.

As memórias, por estarem diretamente ligadas à oralidade, são mais permeáveis às transformações, embora para alguns estudiosos a história oral possa conduzir a um saber mais superficial, que seria transmitido de um modo mecânico entre as pessoas (LE GOFF, 1996, p.53). Quem acha que por isso a história é mais valorizada engana-se. Apesar de Jack Goody (*apud* LE GOFF, 1996, p.53) entender que a escrita poderia trazer “maior liberdade”, pois o historiador pode empregar diferentes artifícios para representar um mesmo acontecimento, percebemos que ela, a história, não pode apresentar tanta “fantasia” e tanta ousadia quanto as memórias. Segundo Goody, esses registros escritos, ao contrário dos orais, “podem apresentar um caráter ‘mágico’” e é essa “magia” – efetuada pelos procedimentos discursivos – que faz com que a história fique “mais ou menos intocável”.

Ainda por sua proximidade com a oralidade, as memórias são mais “populares”, mais acessíveis a diferentes tipos de público, ao passo que a história é geralmente considerada uma parte da cultura erudita. Como são gêneros textuais e discursivos com empregabilidade, circulação, produção e às vezes recursos de linguagem diferentes, é bom, como o próprio Le Goff nos adverte, “não opor uma história oral (...) a uma história escrita” (LE GOFF, 1996, p. 53), ou seja, é necessário reconhecer suas especificidades.

Cabe aqui ressaltar o que não é novidade: que o historiador precisa ter um espírito reflexivo, pois podemos encontrar história em tudo: símbolos, gestos, registros escritos, registros orais – e isso também pode acontecer na produção das memórias.

Independente de serem ficção ou realidade, fica patente que as lembranças podem modificar a imagem do passado. Também é importante salientar que “tal como o passado não é a história, mas o seu objeto, também a memória não é a história, mas um dos seus objetos e simultaneamente um nível elementar de elaboração histórica” (LE GOFF, 1996, p.49).

Se memória é, então, um dos objetos da história, podemos inferir que tanto memória quanto história são articuladas “através de um saber adquirido” – profissionalmente, no caso da história (LE GOFF, 1996, p.49-50), ou não. Assim, são as condições da enunciação, bem como as formas textuais que se cristalizam socialmente a partir delas, que farão a diferenciação entre os textos memorialísticos e históricos. Percebe-se, então, que os dois gêneros discursivos e textuais – história e memória - são diferentes, têm características próprias, porque têm esferas de produção e circulação diferentes. Apesar disso, possuem semelhanças, por serem ambas formas de interpretação do passado.

Assim, tanto nos relatos memorialísticos quanto nos relatos históricos, constitui-se um saber que é relativo, um saber ler que está condicionado à perspectiva de quem narra, pois para saber ler é “preciso saber associar” (PIGLIA *apud* SANTOS, 2000, p. 52). É necessário excluir dos relatos os fatos irrelevantes àquele propósito narrativo e, através das inferências, dar sentido para as informações.

2 UMA VISÃO HISTÓRICA DO PASSADO

2.1 O *Atlas* e a história

O *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco* foi produzido pela Secretaria Municipal de Educação da cidade e pela editora Didata (Difusão Didática Brasileira Ltda.), em comemoração dos 50 anos de emancipação da cidade, e distribuído nas escolas municipais em 2004, para todos os alunos da segunda série. Diversos exemplares foram colocados nas bibliotecas das escolas municipais de quinta a oitava série; outros foram entregues nas escolas da rede particular de ensino e na biblioteca pública da cidade. É, portanto, uma obra que se apresenta com objetivo predominantemente pedagógico, embora outras finalidades possam ser vislumbradas.

A obra em questão é um volume com formato de 21 cm x 28 cm e possui 60 páginas numeradas, coloridas e de fácil manuseio. Na capa se destaca um mapa da cidade de Ouro Branco-M. G., preenchido com fotos recentes da natureza e da vida social, histórica e econômica da cidade.

Ao se manusear o livro, nas primeiras páginas constam o Sumário, o Índice, a Apresentação e um convite à leitura da publicação, intitulado “O que é o Atlas”. Enquanto na apresentação destaca-se com seriedade a finalidade pedagógica do *Atlas*, na página seguinte o texto é escrito com mais suavidade e leveza, certamente voltado para os leitores mais jovens. É importante salientar que a apresentação é iniciada por uma foto do Monumento Siderúrgico, que se encontra em uma das entradas da cidade e é conhecido como “Bengalão”. Esse monumento foi erguido pela empresa siderúrgica Açominas e representa, conforme um discurso amplamente difundido entre os moradores da cidade, “uma entrada aberta aos inconfindentes, ao aço, ao progresso”.

Após essas partes introdutórias, aparecem dois tópicos, intitulados “Como nasceu o Sistema Solar” e “Como se formou o Planeta Terra”, onde são explicadas, rapidamente, as teorias científicas sobre o surgimento e a evolução física e biológica de nosso orbe.

Em seguida, aparecem dois tópicos (“Índios, os primeiros habitantes da nossa terra” e “Descobrimento ou encontro?”) cujo conteúdo é mais especificamente de caráter histórico, enfocando os primeiros habitantes das Américas e o “descobrimento” do Brasil, tratado, nessa obra, como um momento de encontro de culturas.

Os três tópicos seguintes são de caráter geográfico: o primeiro deles, “Localização de Ouro Branco no Planeta”, é composto por um mapa-múndi em que se indica o local onde está a cidade de Ouro Branco; o segundo, “Mapa do Brasil – Densidade Demográfica”, contém um mapa político do país e uma legenda de área total, população residente e densidade demográfica dos estados e regiões; e o terceiro, “Ecossistema do Brasil”, faz a descrição das características biológicas das diversas regiões brasileiras e informa as nações indígenas que originalmente as habitavam.

Como é perceptível, todo o conteúdo da obra, até aqui, é destinado a oferecer um enquadramento da cidade de Ouro Branco no país, no planeta e no universo, tanto em seus aspectos históricos quanto geográficos. A partir do próximo item, designado “Vamos ver como tudo começou até chegarmos a Ouro Branco”, o *Atlas* tratará especificamente sobre o município de Ouro Branco, que é abordado em diferentes aspectos. No tópico em questão, é repetido, em alguns pontos, o conteúdo da Apresentação, enfatizando-se, no entanto, a importância do estudo da história do município.

“Localização Geográfica” é o próximo tópico. Nele é descrita a região onde se situa a cidade e exposto um mapa do município e seu entorno. Também é apontada a distância de Ouro Branco em relação às capitais dos quatro estados da região sudeste.

Folheando mais um pouco, chegamos aos “Aspectos Históricos” do município, desde o seu início, no século XVI, até os dias atuais. Por se tratar de um texto eminentemente histórico, é este o tópico que nos interessa mais diretamente e será nele que focaremos principalmente a nossa análise.

Avançando um pouco mais, encontramos outros dois itens que também merecerão nossa atenção: “Aspectos político-administrativos” e “Civismo”. Estes tratam, respectivamente, da história político-administrativa da cidade e de seus símbolos cívicos (o brasão, a bandeira e o hino).

Continuando a leitura, deparamos com detalhes sobre a topografia, o clima, a geologia, a flora, a fauna, a infra-estrutura e a população do município, no item “Aspectos físicos e geográficos”.

No tocante às atividades econômicas do município, é feita uma abordagem em que é mostrada sua evolução ao longo dos tempos, partindo do Ciclo do Ouro até chegar ao Ciclo do Aço, passando pelos Ciclos da Uva e da Batata. Devido a esse recorte temporal, este tópico “Aspectos econômicos” também se relaciona com os aspectos históricos e, portanto, será objeto de análise neste capítulo.

A abordagem do aparato público do município, com destaque das instituições e das atividades por meio das quais o Executivo busca atender as necessidades da população da cidade, é feita nos tópicos “Saúde no Município”, “Educação” e “Ação Social”.

Dados acerca dos atrativos naturais, das festas e do patrimônio cultural da cidade podem ser encontrados no último tópico da obra, “Aspectos turísticos e culturais”. Neste, especificamente na parte referente ao patrimônio cultural da cidade, voltam a aparecer conteúdos de caráter histórico que se relacionam com o problema a ser analisado nesta dissertação.

Na terceira capa aparece a Ficha Técnica da publicação, com os nomes dos responsáveis por sua realização, seguindo os Agradecimentos e as Referências Bibliográficas. Na quarta capa, uma foto da Igreja Matriz de Santo Antônio – monumento histórico e cultural tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Após esta ligeira descrição do *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco*, passaremos, então, à sua análise, em que serão focalizadas com mais ênfase as partes propriamente históricas, em que o tempo tenha deixado suas marcas. Ou seja, o tópico “Aspectos Históricos” e, com menor destaque, os tópicos “Aspectos político-administrativos”, “Civismo”, “Aspectos econômicos” e “Aspectos turísticos e culturais”.

2.2 Um texto histórico tradicional

A tarefa aqui é caracterizar o *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco* (ou, pelo menos, algumas de suas partes) como um texto histórico. Para tal, será de fundamental importância fazer menção ao que foi exposto no capítulo anterior, mais especificamente no que se refere ao conceito de história.

Como dissemos no primeiro capítulo, o gênero discursivo e textual história se define por algumas características. A história, como gênero discursivo/ideológico, é ciência, pretende ser a verdade, dizer a verdade. Utiliza, para tal, a narração e geralmente emprega o tempo verbal no passado ou no presente, dependendo daquilo que se pretende mostrar. A partir do relato, os fatos vão sendo analisados. E nessa análise os fatos são expostos e a argumentação tecida. Neste tipo de texto argumentativo/dissertativo, tenta-se mostrar que aquilo que se diz não é uma interpretação dos fatos ou tenta-se separar interpretação de narração. Com isso, o texto pretende ser objetivo, buscando supostamente a eliminação de

elementos ficcionais e a confirmação dos fatos nos documentos e índices materiais do passado¹.

Após essa ligeira volta a alguns elementos presentes no gênero discursivo e textual história, vejamos como este se mostra presente no *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco*. Começamos pela questão da narração e sua relação com o tempo. No *Atlas*, como vimos, as partes em que essa característica se manifesta de modo mais abrangente são: “Aspectos Históricos”, “Aspectos político-administrativos”, “Civismo”, “Aspectos econômicos” e “Aspectos turísticos e culturais”. Em todos esses tópicos, a narração está de alguma forma presente.

No tópico “Aspectos Históricos”, a história da cidade de Ouro Branco é contada de forma cronologicamente linear, de modo a fornecer ao leitor um panorama de sua evolução. Essa história é mostrada e tem-se como início o século XVI (1554), quando as bandeiras paulistas e portuguesas começaram a explorar terras desconhecidas. O tempo vai passando (1692, 1694, 1724) até chegar ao século XX, mais precisamente em 18 de fevereiro de 1976, quando do início, na cidade, do “Ciclo do Aço”, com a implantação da siderúrgica Aço Minas Gerais S/A - AÇOMINAS. É patente, como se percebe, que o discurso é recheado de marcas temporais, como datas e outras referências. Isso pode ser verificado em vários trechos, como neste:

A primeira bandeira que chegou à região era paulista, comandada por Miguel Garcia de Almeida Cunha, no ano de 1694(...). Em 16 de fevereiro de 1724 o povoado, através de alvará régio, passou a denominar-se Santo Antônio de Ouro Branco. O arraial ficava no trajeto da Estrada Real e viu de perto o desenrolar de importantes acontecimentos históricos de Minas (p. 28-9).

Os fatos relatados nessa narração não são, evidentemente, todos os que aconteceram na cidade ao longo do tempo em foco. Foi feita uma seleção, a partir da qual alguns acontecimentos e personagens, considerados mais importantes, foram escolhidos. Como exemplos podemos citar: as bandeiras paulistas e portuguesas, a descoberta de ouro na região, o casarão antigo conhecido como “Casa de Tiradentes”, a sede da Companhia de Vinhos Nacionais. Este, entre outros motivos, faz-nos pensar em quais foram os critérios que orientaram essa seleção.

¹ É importante ressaltar que estamos falando, aqui, do texto histórico típico da historiografia tradicional. Nos dias de hoje, porém, os estudiosos da Teoria da História e os adeptos das novas correntes historiográficas vêm discutindo a validade e a pertinência desse gênero e a questão da narrativa histórica como interpretação. Como resultado dessas discussões, o próprio texto histórico vem se transformando e adquirindo, eventualmente, características que não se enquadram no modelo apresentado acima. Nos livros didáticos, no entanto, o modelo tradicional ainda é predominantemente utilizado.

Como foi visto no primeiro capítulo deste trabalho, a narração não é a única forma textual utilizada no gênero história. Com a finalidade de querer a verdade e ser a verdade, querer mostrar e provar que o fato aconteceu em algum momento, há também a presença da argumentação e da descrição. Essas formas textuais, no entanto, estão apenas discretamente presentes nas partes históricas do *Atlas*. Nos trechos abaixo, por exemplo, encontram-se alguns fragmentos de argumentação e descrição. No primeiro, a argumentação está presente na apresentação de uma causa para um fato histórico. No segundo, faz-se a descrição de um momento histórico da cidade:

Desde o fim do eldorado a cidade vivenciou vários ciclos econômicos. Devido ao seu solo de terras arroxeadas, a região foi propícia para a vinicultura, chegando a sediar a Companhia de Vinhos Nacionais (p. 29).

Surgiu o “ciclo do ouro”, sendo deste período a Igreja de Santo Antônio, com seus altares esplendentes, em estilo barroco, construída no período de 1717 a 1779, consagrando-se como uma das igrejas mais antigas de Minas Gerais. Grande patrimônio histórico e religioso, a igreja passou por reformas introduzidas por Aleijadinho. Também recebeu o talento retratado nas pinturas do mestre Manoel da Costa Ataíde (p.29).

A narração também é visível nos demais tópicos em que o tempo está envolvido. O tópico “Aspectos político-administrativos” inicia-se com um pequeno texto narrativo que conta a história político-administrativa da cidade. É interessante observar que esse diminuto texto é encerrado da seguinte forma:

Hoje Ouro Branco é um município progressista, orgulhoso de seus filhos, por ser um povo ordeiro e trabalhador. Vamos agora conhecer as pessoas que, desde a emancipação até os dias atuais, trabalharam e trabalham para a grandeza de Ouro Branco (p. 30).

Como é perceptível, há a exaltação ufanista do povo e do município. Após esse pequeno texto, segue a lista dos ocupantes dos poderes Executivo e Legislativo, com oferta de maiores detalhes para a administração da época em que o *Atlas* foi publicado (administração 2001 a 2004).

No tópico designado “Civismo”, a explicação do simbolismo do brasão e da bandeira da cidade é entremeada por pequenas frases narrativas em que é esclarecida a origem do significado de seus elementos. Como esta: “Igreja Matriz de Santo Antônio – construída provavelmente entre 1724 e 1779” (p. 32). Mesmo na descrição desses elementos, certos fatos de caráter histórico são mencionados:

Machado e colete - lembram os desbravadores da região, chefiados pelo bandeirante Miguel Garcia de Almeida e Cunha.

Cornucópias cheias de ouro – são dois vasos compridos, de boca para baixo, em forma de chifre, um à direita, outro à esquerda. Simbolizam a riqueza do subsolo, cujo metal deu origem ao nome do município.

Logo à frente, no Hino Municipal de Ouro Branco, é contada a história da cidade. Porém, aqui, não se trata certamente de um texto do gênero história. O Hino é um poema em que os aspectos históricos estão claramente submetidos à finalidade de exaltação do município e do povo de Ouro Branco, num tom ufanista e grandiloquente que é típico deste tipo de texto. Nos versos abaixo, por exemplo, vemos menção ao Ciclo do Ouro, aos Inconfidentes, à religiosidade e ao heroísmo do povo ourobranquense:

Belo templo de altares esplendentes
Foi, outrora, ao Senhor por ti erguido.
Militou entre os heróis inconfidentes
Um ilustre brasileiro aqui nascido.

Serás tu a comuna venturosa,
Onde sempre há de reinar somente Deus.
Cante toda a tua história,
Qual o poema, a sua glória,
Pelos preces e labor dos filhos teus.

Teu passado e teu presente se irmanam
E se enlaçam, ainda, com os anos do porvir...
És pequeno, mas, contudo, te ufana:
De modelo para a Pátria hás de um dia servir!(p. 33)

Diferente do tópico anterior, e já com um caráter histórico bem mais evidente, deparamos com o tópico “Aspectos econômicos”. Neste, há mistura de narração, descrição e argumentação, como é mostrada no seguinte trecho do *Atlas*. Se a narração e a descrição estão claramente presentes, a argumentação se mostra mais discretamente, através da periodização e do jogo de relações de causa e efeito entre os períodos:

Ouro Branco passou por vários ciclos que marcaram época na sua economia, que se iniciou com o Ciclo do Ouro.

Quando foi construída a Igreja de Santo Antônio, surgiu o arraial de maior potencial aurífero da região, coroado pela beleza barroca de sua igreja. Diminuindo a mineração do ouro, veio outro acontecimento econômico, porém na agricultura permanente, com o surgimento do Ciclo da Uva, produzindo vinho da melhor qualidade para o consumo interno e também sendo exportado para a Europa, e sediando a Companhia de Vinhos Nacionais (ATLAS, p. 41).

No tópico “Aspectos turísticos e culturais” também encontramos um mistura de descrição, narração e argumentação. Ao mostrar lugares que fazem parte da história da cidade, o *Atlas* faz menção, também, à história do estado de Minas Gerais e, conseqüentemente, à do Brasil. Podemos perceber isso em um trecho em que nos é dito que:

A Casa Velha de Tiradentes é conhecida regionalmente desta forma, visto ser considerada um dos remanescentes pontos que serviu à conspiração mineira contra o Império Português. O casarão era o local que abrigava as reuniões secretas dos inconfidentes (p. 54).

Esta e outras informações apresentadas neste subitem nos conduzem ao “Calendário de festas”. Nesta seção, encontramos uma interessante observação, antes, é óbvio, de serem informadas as festas realizadas ao longo do ano na cidade:

Nos levantamentos realizados, nossa região foi considerada de grande viabilidade para a realização de eventos, devido ao fato de estarmos incluídos no roteiro turístico das grandes cidades históricas como Ouro Preto, São João Del Rei e Congonhas, tornando o nosso potencial turístico amplamente reconhecido no cenário nacional (p. 57).

Como convém ao texto histórico, os fatos narrados e explicados no texto não são fatos quaisquer, mas sim fatos supostamente verídicos da história do município de Ouro Branco, selecionados com base em sua hipotética importância. De modo geral, o texto não contém as fontes das informações que menciona, mas na Ficha Técnica e nas Referências Bibliográficas as fontes documentais e pessoais são listadas. Apesar de isso ser feito de forma superficial, tenta-se desse modo dar credibilidade e confiabilidade ao relato. Pelo exposto, percebemos que se encontra no *Atlas* a tradicional prática do discurso histórico: buscar comprovação documental para suas informações e análises. Além disso, o texto é ilustrado por fotografias de vestígios históricos, que também têm a evidente finalidade de conferir credibilidade à narrativa. Na página 28 há uma foto de um Moinho do século XVIII, no povoado de Itatiaia e uma foto da Fazenda Carreiras, “A Casa Velha de Tiradentes”, aparece na página 53.

Finalmente, é necessário comentar o modo como esses textos realizam o preceito da objetividade, tão importante para a caracterização do gênero história. Como mostrou Barthes (1988), a objetividade é na verdade um artifício geralmente utilizado em textos de caráter científico, por meio do qual se procura dar ao leitor a impressão de que os fatos estão presentes de forma perfeitamente fiel à realidade. Para isso, são utilizados recursos formais como verbos na terceira pessoa, emprego do pretérito, ausência de signos que remetam à enunciação ou ao enunciante e de explicações sobre como as informações foram obtidas:

A nível de discurso, a objetividade – ou carência dos signos do enunciante – aparece assim como uma forma particular de imaginário, o produto do que se poderia chamar de ilusão referencial, visto que o historiador pretende deixar o referente falar por si só (BARTHES, 1988, p.149).

A busca pela objetividade e a utilização desses recursos formais estão claramente presentes em todas as partes históricas do *Atlas*, como mostram os exemplos a seguir:

Esses desbravadores e colonizadores da região, depois de muito sacrifício, conseguiram penetrar em terras de Minas Gerais, à procura de ouro e pedras preciosas (p. 28).

Essa bandeira constituiu o ponto de partida para a descoberta do ouro nas gerais, trazendo como consequência o povoamento da região (p. 28).

O casarão antigo, construído em pedra e madeira de lei, serviu para hospedar ilustres visitantes (p. 29).

No início do século XX, um novo acontecimento surgia com toda pujança. Ouro Branco, com seu solo fértil, não parava. Desta vez foi a cultura temporária que nos presenteou com o Ciclo da Batata (p. 41).

Em alguns raros momentos, o texto do *Atlas* faz rápidas menções à enunciação, que servem tanto para colocar em dúvida a veracidade de algumas poucas afirmações quanto para reafirmar a verdade das demais. É o que se vê nos trechos abaixo:

Há quem afirme que os inconfidentes se reuniram na Casa de Tiradentes por diversas vezes (p. 29).

Acredita-se que, entre as muitas viagens para a difusão dos ideais de liberdade da Inconfidência Mineira, o Alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, esteve por várias vezes hospedado na casa, surgindo daí a referência a seu nome (p. 54).

Buscando a objetividade e utilizando seus recursos formais típicos, o texto mostra as informações como se fossem inquestionáveis, livres de qualquer aspecto interpretativo. Ao mesmo tempo, ele esconde os sujeitos da enunciação (os autores daquela imagem do passado) e o caráter de mediação entre os leitores e os fatos que a linguagem sempre possui.

2.3 Uma versão interessada

Como nos diz Génicot (*apud* LE GOFF, 1996, p.29), é impossível ao historiador ser objetivo, afastar-se de suas idéias (do seu ponto de vista) quando se trata de avaliar o mérito dos acontecimentos e as suas relações causais.

Percebe-se, pelo que já vimos, que apesar dessa suposta veracidade, o texto contido no *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco* é também uma

interpretação dos fatos do pretérito. Para mostrar sua suposta objetividade e afirmar que o que ele está relatando realmente aconteceu, o texto recorre a elementos, dentre outros, como fatos históricos, fotos, nomes, datas. Dessa maneira, tenta-se mostrar ao leitor que o texto não assume aspecto subjetivo. Acontece, assim, o que Barthes (1988, p.156) chama de “o efeito do real”. O fato de o texto utilizar esses artifícios já nos mostra que uma nova leitura do passado está sendo feita.

Como é uma interpretação, uma forma de reconstruir o passado, essa leitura é feita a partir de uma perspectiva subjetiva e contemporânea. Nesse sentido, dependendo das intenções do sujeito da enunciação, certas informações podem ser utilizadas em detrimento de outras e algumas podem se perder – o que significa que o texto adquire um viés interpretativo. A interpretação, portanto, já está acontecendo quando os fatos a serem relatados são selecionados. No *Atlas* isso é perceptível, pois são considerados os aspectos geográficos, históricos, político-administrativos, econômicos, institucionais (saúde, ação social, educação, turísticos e culturais) e excluída do relato a história social da comunidade. É o sujeito da enunciação se mostrando presente por meio da seleção e da ordenação dos fatos, mesmo nos momentos puramente narrativos e históricos.

Cabe-nos, então, transpor para o papel a indagação que, ao observarmos o trabalho até o momento, se formou em nossa mente: quem são os sujeitos da enunciação do texto do *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco*? Também é interessante saber quais são os motivos e interesses que os levam a esconder certos fatos e a se esconder atrás dessa (suposta) objetividade.

Como dissemos anteriormente, o *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco* foi produzido pela Secretaria Municipal de Educação da cidade de Ouro Branco – uma publicação do governo do município em co-edição com a editora Didata. Essa é uma edição especial comemorativa dos 50 anos de emancipação política da cidade. Os exemplares foram distribuídos como material didático nas escolas municipais para todos os alunos da segunda série do ensino fundamental em 2004. É interessante registrar que em 2004 houve eleição para o governo municipal e em 08 de dezembro de 2003 é que a cidade completou meio século de emancipação política.

Pelo exposto acima, podemos perceber que a versão interpretativa do passado apresentada no *Atlas* é construída tendo como base essa perspectiva enunciativa. Numa leitura do *Atlas* em que estejamos atentos a essas questões enunciativas, perceberemos que sua interpretação do passado é completamente moldada por essa perspectiva. Embora as marcas desses sujeitos não estejam evidentes no texto, é esse o ponto de vista que orienta a seleção, a

ordenação, a avaliação e as relações causais entre os fatos narrados. Prova isso, também, o fato de encontrarmos os elementos da narrativa histórica funcionando como uma espécie de enquadramento para uma descrição atual da cidade. Os textos históricos do *Atlas*, presentes em tópicos como “Aspectos Históricos” e “Civismo”, preparam essa descrição atual da cidade, feita em tópicos como “Educação”, “Ação Social” e “Saúde no Município”. E a ilustração abaixo, inserida no tópico “O que é o Atlas?” é outro exemplo desse enquadramento.

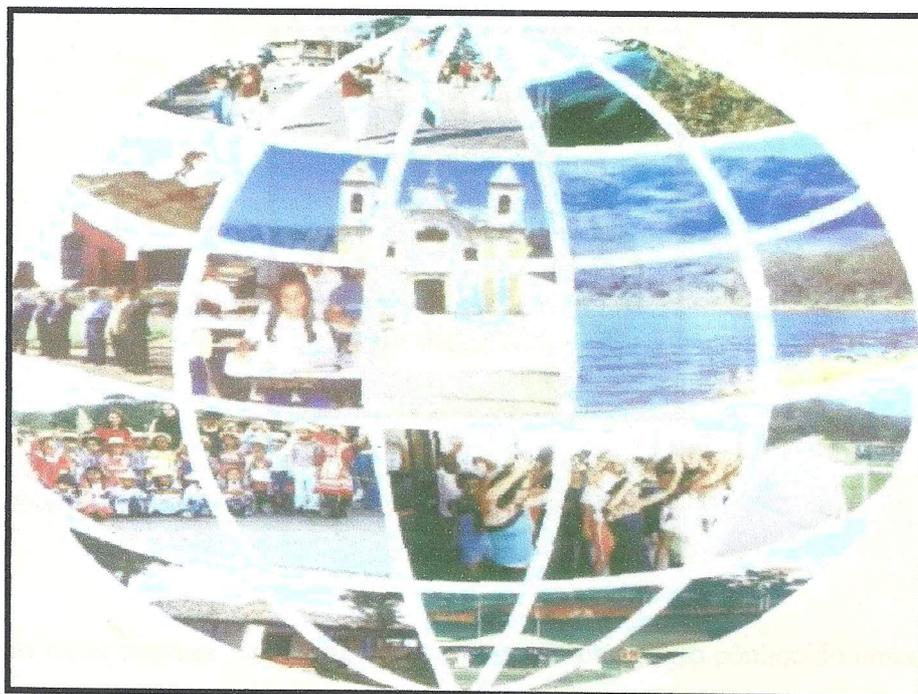


FIGURA 1 Globo –

Fonte: *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco*, p. 04.

Mais uma prova da presença desse viés interpretativo aparece quando, no tópico “Civismo”, por meio dos versos do hino, mostra-se o desejo de representar orgulhosa e ufanisticamente a história da cidade de Ouro Branco. Claramente, também, é deixada à mostra a tentativa de estabelecer relações entre a história da cidade e a história da Inconfidência Mineira. Num estilo grandiloquo, o poeta enaltece o município e seu passado inconfidente:

Belo templo de altares esplendentes
 Foi, outrora, ao Senhor por ti erguido.
 Militou entre os heróis inconfidentes
 Um ilustre brasileiro aqui nascido (p. 33).

Ainda no tópico “Civismo”, vemos esse tom ufanista quando é mostrado o Brasão. Os detalhes contidos nesse ícone nos remetem à história da cidade: o Cadinho e a Roda Dentada simbolizam a cidade a partir de 18/02/1976, com a implantação da Açominas. Como representação orgulhosa da riqueza do subsolo, vemos as Cornucópias cheias de ouro – uma menção ao período do Ciclo do Ouro que, aliado aos ideais dos inconfidentes, resultaria, para a região, na construção da siderúrgica.

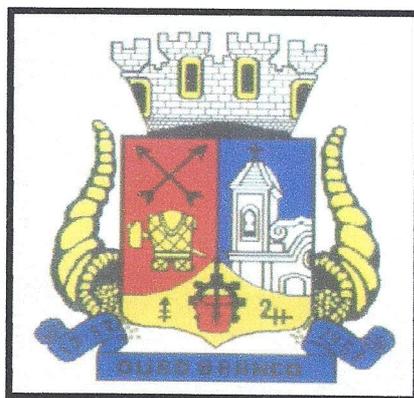


FIGURA 2 Brasão

Fonte: *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco*, p.32.

Outro ícone aparece na página 03 do *Atlas*, o monumento conhecido como “Bengalão” (citado na primeira parte do capítulo 2 deste trabalho). Erguido pela empresa siderúrgica Açominas, ele simboliza a “entrada [da cidade] aberta aos inconfidentes, ao aço, ao progresso”, como dizem com frequência os moradores da cidade. Progresso relacionado à indústria e também, é óbvio, à cidade, pois segundo informações contidas na revista *Açominas/A Cidade* (1980, p. 06), é parte da filosofia da siderúrgica fazer de Ouro Branco uma “Cidade-aberta e não uma Cidade - companhia”.

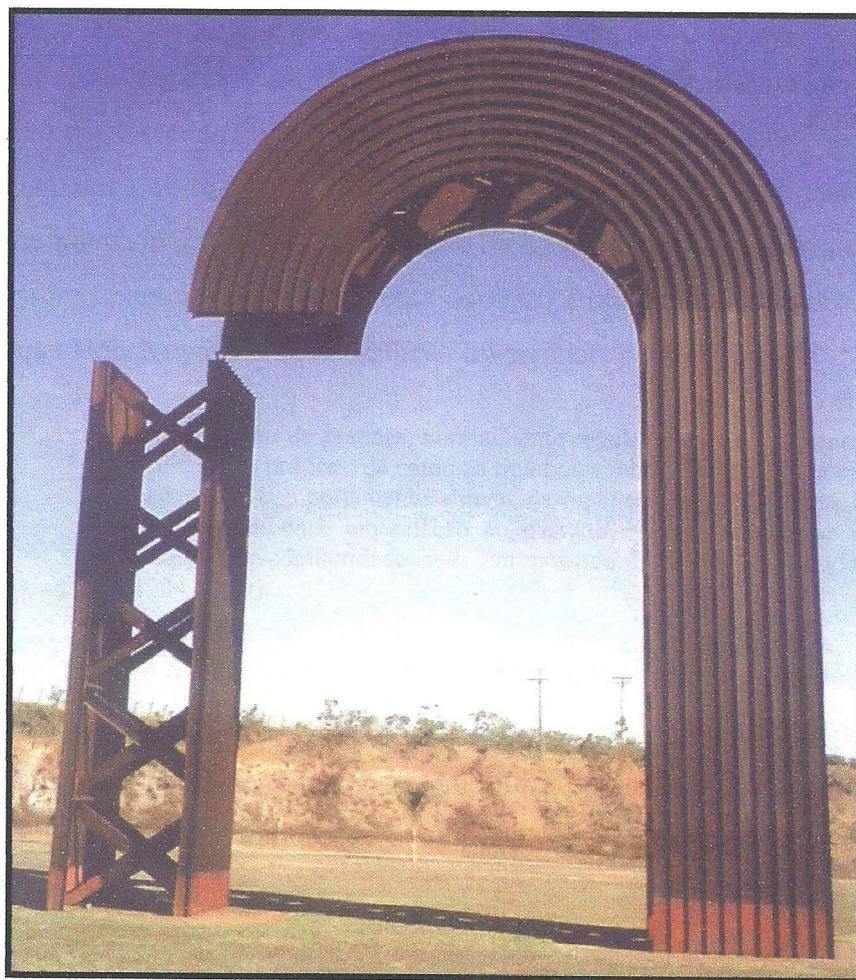


FIGURA 3 Bengalão

Fonte: *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco*, p. 03.

Refletindo sobre esses símbolos (brasão, hino e “Bengalão”), percebemos uma visão ufanista do passado da cidade: um relato mítico e não um relato histórico. Parafraseando Hobsbawn (1984, p. 19), nesses ícones é demonstrada e revelada a cultura da comunidade ourobranquense, o seu passado e seu pensamento.

Também nas partes propriamente históricas do *Atlas*, encontramos presentes trechos que mostram a relação de orgulho da cidade com a Inconfidência Mineira. É o que se vê, por exemplo, no trecho abaixo:

Às margens do caminho, hoje uma rodovia asfaltada, fica um prédio conhecido, a “Casa de Tiradentes”, que fazia parte da Fazenda Carreiras. O antigo casarão, construído em pedra e madeira de lei, serviu para hospedar ilustres visitantes. É um belo exemplar da singela arquitetura colonial brasileira. Há quem afirme que os inconfidentes se reuniram na “Casa de Tiradentes” por diversas vezes (p. 29).

No tópico “Aspectos turísticos e culturais”, outras menções aos inconfidentes são feitas. Entre elas, esta: “um dos bravos heróis da Inconfidência Mineira, o Cônego Luiz Vieira da Silva, pioneiro da intelectualidade brasileira, era filho de Ouro Branco” (p. 54). E mais à frente, na mesma página, lê-se que um “registro encontrado no diário de D. Pedro II comprova que o casarão [no povoado de Carreiras] era ponto de encontro dos Inconfidentes”.

Nesse esforço para conectar o presente de Ouro Branco à história dos inconfidentes, podemos ver o que Hobsbawm chama de tradição inventada:

Um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível, tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado (HOBSBAWN, 1984, p. 09).

Ainda com relação à seleção dos acontecimentos apresentados nas partes históricas do *Atlas*, é interessante notar que os fatos da história econômica e política são privilegiados. É como se toda a história da cidade convergisse em direção ao seu momento atual, produzindo um “município progressista, orgulhoso de seus filhos” e “um povo ordeiro e trabalhador”, pois, como diz o hino da cidade:

Teu passado e teu presente se irmanam
E se enlaçam, ainda, com os anos do porvir...
És pequeno, mas, contudo, te ufana:
De modelo para a Pátria hás de um dia servir!(p.33)

São, portanto, evidentes as motivações da versão do passado que é oferecida no *Atlas*. É patente o desejo de criar uma imagem do pretérito projetando um presente e um futuro venturosos. Esse desejo serve, com certeza, a interesses políticos e econômicos do presente. Essa tradição progressista projetada no passado da cidade culmina no Ciclo do Aço e na fundação da Açominas.

Não se pode deixar de lado o processo de modernização e evolução tecnológica por que a cidade passou. A presença de uma siderúrgica no município foi e continua sendo um acontecimento grandioso. A cidade, que na época da decisão da implantação da companhia contava com uma população de não mais de quatro mil habitantes, vivenciou o impacto radical da modernização. Segundo informações contidas na revista *Açominas/A Cidade*, *Açominas/A Usina*, publicada em 1980, a população em pouco tempo chegaria a sessenta mil habitantes. A cidade (com o centro e a área rural) viu as terras de fazendeiros serem compradas ou “doadas”. Isso se deu quando:

Em 20 de fevereiro de 1976, o governador Aureliano Chaves assinou o Decreto 17.773, declarando de utilidade pública e de interesse social, para efeito de desapropriação, terrenos e benfeitorias situados nos Municípios de Ouro Branco, Congonhas, Ouro Preto e Conselheiro Lafaiete, destinados à implantação do Parque Industrial no vale do Paraopeba (*Revista Açominas/A Usina*, 1980, p. 06).

Com a implantação da indústria, houve aumento populacional e de área construída, é claro. A usina, que ocupa uma área de 10 km², construiu o hospital Fundação Ouro Branco e os seguintes bairros: Siderurgia, Pioneiros, Inconfidentes, Primeiro de Maio e Metalúrgicos. No bairro Siderurgia (que as pessoas chamavam de Núcleo), os logradouros receberam nomes de siderúrgicas como Acesita e Mannesmann. Nomes de logradouros como Arthur Bernardes e Barão de Eschwege², recebeu o bairro Pioneiros. Para reafirmar a via de comunicação da história de Ouro Branco com a história da Inconfidência, criou-se o bairro Inconfidentes com os logradouros recebendo os nomes dos que lutaram pelos ideais de liberdade. Dentre esses representantes, Cláudio Manoel da Costa, Joaquim José da Silva Xavier e Cônego Luiz Vieira da Silva. Já as ruas e avenidas dos bairros Primeiro de Maio e Metalúrgicos receberam nomes de cidades vizinhas, como Congonhas, Mariana e Ouro Preto.

É importante salientar que a história social, a vida dos trabalhadores, os conflitos e as relações de dominação, que com certeza estiveram presentes no passado da cidade, simplesmente não aparecem na história da cidade narrada no *Atlas*. Assim, a administração municipal, que publicou o *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco* justamente em ano eleitoral, e a siderúrgica Açominas, em torno da qual gira grande parte da economia do município, parecem ser as grandes beneficiárias da reinvenção do passado empreendida pelo *Atlas*. Também é relevante ressaltar que, na época em que o *Atlas* foi distribuído, os rumores a respeito da expansão da siderúrgica, que vinham desde o ano 2000, intensificaram-se, oficializando-se a medida em setembro de 2005, por meio de audiência pública.

Retomando o discurso presente no *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco*, podemos dizer que em seu texto as palavras e imagens foram utilizadas como artifício, de forma a esconder os interesses e pontos de vista que estão por trás dele. Embora o texto do *Atlas* tenha sido apresentado como objetivo e veraz, ele impõe aos leitores uma visão interessada do passado, ele é uma interpretação, a partir de determinada perspectiva.

² O Barão Wilhelm Ludwüig von Eschwege, Intendente Geral das Minas, foi o primeiro a produzir ferro industrialmente no Brasil. Isso aconteceu na Fábrica Patriótica, município de Congonhas, em 12 de dezembro de 1812.

3 O OLHAR MEMORIALÍSTICO

3.1. Histórias, lendas e causos

Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, o gênero discursivo e textual história não é a única forma de narrar e reconstruir o passado de uma comunidade: uma nação, um estado, uma cidade, um vilarejo etc. O texto memorialístico, por exemplo, também se dedica a essa tarefa, embora possua esferas de circulação, estruturas formais e composicionais diferentes das do gênero história. Um texto que exemplifica essa forma de tratamento do passado, com relação à cidade de Ouro Branco, é o livro *Ouro Branco – histórias, lendas e causos*, de autoria de Germano de Moraes – livro este que será objeto de análise neste capítulo da dissertação.

O livro *Ouro Branco – histórias, lendas e causos* foi publicado em 1998 e reúne uma série de pequenos textos em que são retratados lugares, personagens e acontecimentos do pretérito da cidade de Ouro Branco. O exemplar em questão mede 21 cm x 15 cm e contém 90 páginas numeradas, com fotos nas cores preta e branca. Na capa, abaixo do título, há um mapa do estado de Minas Gerais, preenchido com fotos que lembram a vida social, histórica e econômica da cidade. Embora não tenha o atrativo das outras cores, é uma obra de fácil e agradável manuseio. Na página que segue a capa, destaca-se a epígrafe de autoria de Carlos Drummond de Andrade, com os seguintes dizeres: “Minas não é palavra montanhosa, é palavra abissal. Minas é dentro e fundo”.

No sumário do livro, os textos estão divididos em três grupos. O primeiro, que não recebe nenhum nome, reúne textos que retratam alguns fatos importantes do passado de Ouro Branco e lugares que, de uma forma ou de outra, estão ligados a esse pretérito. Como se pode perceber nesses textos, os fatos da história de Ouro Branco recebem um tratamento lírico, em que a narrativa é entremeada por elementos poéticos como metáforas, ritmo, rimas e alusões. Por meio desses recursos, o autor mostra a interpretação que ele faz do passado da cidade.

O segundo grupo de textos recebe o nome de “Causos”. Este reúne textos com histórias pitorescas e personagens curiosas do passado de Ouro Branco. Seja para não ofender, não suscetibilizar ou para não ser acusado de apropriação indébita, o autor tomou o cuidado de modificar os nomes dessas pessoas. Nos textos dessa parte do livro não são retratados fatos relevantes da grande história do município, os fatos mais importantes de seu passado. Em “Causos” são expostas pequenas histórias que pouca importância têm para a reconstituição, no

protótipo tradicional, da história de Ouro Branco. Essas historietas são contadas de modo predominantemente humorístico, embora, às vezes, um tom dramático esteja também presente.

No final do livro há um texto isolado, que no sumário está sob o subtítulo de “Conto”. Nesse único texto, o elemento ficcional se encontra explicitamente presente. Intitulado “Só o Amor é capaz”, esse texto conta a história imaginária de um casal que, estando no centro do Rio de Janeiro, resolve procurar uma agência de turismo querendo viajar para Minas Gerais. O autor faz com que o casal chegue a visitar a cidade de Ouro Branco e, por meio dessa visita, é mostrada uma série de elementos da história da cidade.

Por ser explicitamente ficcional, não trataremos mais pormenorizadamente este último texto. Nosso foco de atenção, daqui para frente, se voltará apenas para os textos dos dois primeiros grupos, que podem ser considerados textos memorialísticos.

Vejam, então, alguns exemplos dos textos pertencentes ao primeiro grupo em que o autor fala de fatos e lugares importantes da história de Ouro Branco, em tom lírico e com farto uso de elementos poéticos. Nos textos intitulados “A Chegada, as Impressões” e “Açominas, o pensamento que se arrastou pela história”, percebemos que são contados momentos marcantes da história da siderúrgica: neste, a localização e a implantação da usina, que teria se originado de um sonho dos inconfindentes; naquele, a chegada das pessoas para a construção da siderúrgica, em 1979. Os textos “Siderúrgica supera a primeira crise”, “O Medo da Privatização” e “A Miragem” também relatam fatos referentes à empresa. No primeiro, é relatada a crise do começo da década de 80, mas superada em 1986, quando a Açominas entrou em sua operação integrada: “Veio até o supremo chefe da nação, paraninfar aquela grandiosa inauguração” (MORAES, 1998, p. 27). No segundo texto, a angústia e a frustração das pessoas são evidentes, pois uma:

Brutal metamorfose assolava as estatais do Brasil. Pela primeira vez a “privatização” os ares de Ouro Branco sacudiu. A polêmica mudança, nos anais do Planalto evoluiu. E como bomba de expectativas no anseio comunitário explodiu. Tempestade de pessimismo em torno do tema se ouviu (MORAES, 1998, p. 35).

No terceiro texto, é retratada a venda da estatal, em 10 de setembro de 1993, a um grupo de entidades. Segundo o autor:

Numa grande transação a imensa usina era então leiloada. Ocasão temida por muitos e por alguns ansiosamente desejada. Considerável fatia das ações aos próprios empregados foi destinada. Coisa inédita, pelos concorrentes até admirada. (MORAES, 1998, p. 45).

Nos textos “A Capela da Serra” e “Igreja Matriz”, o autor fala da religiosidade do povo ourobrinquense. No primeiro texto nos é relatado que o filho de Maria Ferreira foi salvo de uma grave enfermidade. A mãe, então, fez a promessa de construir uma Capela. Seu filho a construiu em 1959. Em 15 de agosto de 1960 iniciou-se a primeira romaria até a capela – e isso se repete todo ano. Quanto à construção da Igreja Matriz, que aconteceu entre 1717 e 1779, para o povo ourobrinquense isso foi uma prova de que “de tempo, gastos e calejadas mãos não se fazia a mínima conta ou consideração, quando a obra tinha ao Pai Supremo a sua destinação” (MORAES, 1998, p. 59).

Fatos históricos referentes à cidade, como a entrada das Bandeiras, o Ciclo do Ouro, a trajetória dos inconfidentes e outros ciclos econômicos por que o município passou são os temas dos textos intitulados “Estrada Real”, “Fazenda Carreiras”, “A Gameleira e Varginha” e “Ouro Branco – a descoberta”. Reminiscências do passado, num tom bucólico, podem ser percebidas nos textos denominados “A Praça” e “A Ruína”.

No cenário político da cidade, o texto “Dois Prefeitos, um Mito” retrata dois políticos que, através de confabulações e articulações, se revezavam na prefeitura da cidade. Nos dizeres do autor:

Soube que dois nomes detinham destas bandas o comando. Um era Sálvio e o outro um tal Herdinando. Num rodízio vitalício, o município eles vinham profetizando, em Ouro Branco historicamente se exclusivando. Muitos feitos seus nomes marmorizando (...). Na mesa Municipal somente eles se vice-versando. Se não fosse Sálvio, era com certeza Herdinando (MORAES, 1998, p.33).

Passemos, agora, ao segundo grupo de textos, constituído por pequenas narrativas, geralmente humorísticas, sobre personagens e fatos curiosos do passado de Ouro Branco. Podemos citar “A viagem de Dr. Afrâncio”, que relata a dificuldade da personagem em encontrar endereços, embora muitas vezes tivesse estado anteriormente no local procurado. Chamou Afrâncio e seu amigo Joaquim Dias para Sete Lagoas. O amigo, preocupado, avisou a Afrâncio sobre os buracos da estrada. Afrâncio disse que sabia deles e até sinalizava onde estavam. Mesmo assim, caía em todos.

No caso “O grande sonho de Zezé Fulgêncio”, a personagem é um vereador ourobrinquense, possuidor do curso primário, influente nos bastidores do poder municipal e filho de Roberta Miranda. O autor não deixa de registrar algumas gafes do vereador. Uma delas foi quando os engenheiros da Açominas, durante o estudo sobre as reservas d’água que abasteceriam a usina, disseram que teriam dificuldade com tal projeto devido à lei da gravidade. Zezé, empolgado, disse que “se o problema é com essa lei, nós podemos impetrar

um recurso na Câmara e resolver isso, uai!” (MORAES, 1998, p. 21). Outra situação curiosa aconteceu naquele mesmo ano, pois Roberta Miranda iria à Festa da Batata, em Ouro Branco. Chegando o dia, o ilustre vereador foi o cicerone. Pediu ao sobrinho para não deixar de fotografar nenhum momento. Ao lado da cantora, Zezé fez poses e mais poses. No término, pediu ao sobrinho o filme e descobriu que não havia nenhum na câmera.

No texto “Vamo pegá esse baixinho...”, o autor narra que, por volta de 1982, o engenheiro Rabelo, responsável por uma dentre as várias empreiteiras que executavam as obras de montagem da Açominas, demitiu um rapaz que era bem relacionado. A notícia se espalhou e, ao fim do dia, todos os seus colegas diziam algo que fariam com o dito engenheiro. Até de safado Rabelo foi chamado. De repente, por trás do caminhão, aparece Rabelo dizendo estar à disposição e perguntando pelos voluntários. O engenheiro sabia caratê e jiu-jitsu e possuía uma semi-automática 7.65 mm. O autor finaliza o caso registrando que “aquela reunião na carroceria ficou reduzida a um silêncio de sepulcro” (MORAES, 1998, p. 19).

É relevante salientar que os textos dos dois grupos encontram-se intercalados na estrutura do livro. É como se, com as historietas do segundo grupo, o autor quisesse quebrar o ritmo da leitura e amenizar o impacto provocado pela seriedade dos textos do primeiro. Aos fatos históricos, contados em tom lírico nos textos que compõem o primeiro grupo, segue-se, geralmente, um texto do segundo, com uma narrativa leve, de caráter humorístico.

Finalmente, é necessário registrar que o livro *Ouro Branco – histórias, lendas e causas* foi construído a partir de uma pesquisa realizada pelo autor em arquivos sobre a história da cidade e em diálogos com pessoas que guardam a história oral e a memória social da comunidade ourobranquense. Na lista de agradecimentos, inserida nas páginas iniciais do livro, estão identificadas as fontes dessa pesquisa e a informação de que a edição só foi possível graças a uma iniciativa da Associação Amigos da Cultura de Ouro Branco. Também há registros de que as ilustrações são de Elmo Alves e a composição de Germano de Moraes.

3.2 Subjetividade e contradição

No primeiro capítulo desta dissertação, conceituamos o texto memorialístico como uma forma de reconstrução do passado a partir de lembranças que podem ser individuais ou de uma coletividade. A partir da lembrança dos fatos do pretérito que cada um possui, a história vai sendo (re) montada. Dependendo do que se pretenda resgatar, o destaque será

maior para este ou aquele assunto. Fica evidente que há a presença da subjetividade e, por conseguinte, maior liberdade de expressão.

É por isso que em uma narrativa memorialística encontramos, muitas vezes, uma linguagem mais poética e com mais espaço para elementos ficcionais. Por meio dessa narrativa claramente interpretativa, acontece a reconstrução do passado moldada a partir do presente. Há casos em que essa narração é feita com tanta vivacidade que o ficcional se agrega ao real e deixa o leitor/ouvinte em dúvida sobre os limites entre realidade e ficção. Isso acontece porque “o narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência dos seus ouvintes” (BENJAMIN, 1994, p.201). Assim, narração e experiência se confundem em um único objeto.

No livro *Ouro Branco – histórias, lendas e causos* encontramos com facilidade essas características. Já no primeiro texto do livro “A Chegada, as Impressões...”, o sujeito da enunciação se coloca dentro do texto e deixa visível a forma como ele se relaciona com o assunto que será narrado. Ele registra que, “buscando trabalho, por estas plagas fui descobrir-me um dia. Ouro Branco eu ainda não conhecia. Confesso que nem de sua existência eu sabia. Nos mapas que vasculhei, se bem os consultei, este lugar sequer havia” (MORAES, 1998, p. 09).

Nesses textos de caráter memorialístico, acontece algo diferente do que aconteceria em um texto histórico ou em um texto estritamente literário: o sujeito da enunciação se mostra e há a pressuposição de que ele não é ficcional, de que ele corresponde a uma pessoa real que narra um passado realmente vivido. Trata-se aqui, portanto, da própria pessoa do autor: Germano de Moraes, um indivíduo vindo de outra região atrás de trabalho e que viveu em Ouro Branco, trabalhando na siderúrgica Açominas até se aposentar. Esse fato é narrado pelo autor, quando ele nos conta que:

Era 1979, auge de um período vertiginoso de mutação, um faraônico ideal siderúrgico já em fase de consumação. Igual a mim, muitos desembarcavam trazidos pela comum aspiração, imantados na mesma saudável ambição, aquela do emprego seguro e salário ‘bão’. Falava-se em mordomias e de sonhos ao alcance das mãos (MORAES, 1998, p. 09).

Para que o leitor se lembre de que há um sujeito presente, o autor utiliza em diversos momentos a primeira pessoa do singular. O primeiro período dos textos “A Serra” e “Estrada Real” exemplificam essa questão quando o autor utiliza, respectivamente, as formas verbais “passei” (p. 14) e “conheci” (p.29). No tocante à religiosidade, no penúltimo parágrafo do texto intitulado “Igreja Matriz”, também acontece o emprego da primeira pessoa do singular:

Ouço os sinos solitários despertando do Arraial, com seus ecos refletindo da serra na imensidão, convidando o povoado à vespertina meditação. Vejo garimpeiros em absorta genuflexão, pedindo ajuda para do grande tesouro a fácil localização. E o escravo fugitivo suplicando pela divina proteção...(MORAES, 1998, p. 60).

O emprego do “eu” também aparece quando se fala do cenário político do município, no texto “Dois Prefeitos, um Mito”. Neste, o trecho em que isso ocorre é maior que o anterior e aparece no segundo parágrafo, após algumas palavras, em tom descontraído, referentes à própria produção do texto:

Em Ouro Branco eu chegava recém me achando, sem nada conhecer e das coisas só me inteirando, seus casos devagar me empolgando e os panoramas o coração entesourando. Soube que dois nomes detinham destas bandas o comando (MORAES, 1998, p. 33).

Muitas das histórias contadas pelo autor não são, no entanto, histórias que ele vivenciou, mas sim histórias recolhidas nas pesquisas e entrevistas com os guardiões da memória da cidade de Ouro Branco. Percebe-se que o autor dá à obra o caráter eminentemente coletivo do discurso memorialístico. Para tal, ele busca pontos referenciais como monumentos, datas e personagens históricas que articulam as memórias individuais com a memória coletiva.

Para exemplificar essa relação, podemos retomar o texto “A Chegada, as Impressões...”, no trecho em que se conta que “era 1979, auge de um período vertiginoso de mutação (...). Novos bairros com rapidez na cidade floresciam” (MORAES, 1998, p. 09). Também o trecho abaixo, retirado do texto “Siderúrgica supera a primeira crise”, exemplifica essa característica:

Em 25 de julho de 1986 a Açominas entrou em sua integrada operação. Veio até o supremo chefe da nação, paraninfar aquela grandiosa inauguração. Famílias e mais famílias para Ouro Branco se transferindo, multidões de candidatos a Açominas a toda hora admitindo. Loteamentos e novas avenidas na cidade se abrindo, todo tipo de novidades constantemente surgindo. Dinheiro nos bolsos entrando e muita gente esbanjando e sorrindo, vislumbrando o futuro e seus bens adquirindo, prédios e embelezamentos a cidade construindo (MORAES, 1998, p. 27).

No texto “O Mito da Batata”, mais um fato importante para a comunidade ourobranquense é narrado pelo autor. Isso é feito por ele da seguinte maneira:

Neste lugar a produção de batatas, é como mina vegetal rendosa e farta, de ótima qualidade e na fonte bem barata. Roças e mais roças surgiram onde antes eram brejos e matas.(...) Na legendária Venda de Seu Diogo Mendes dos Reis a idéia em seus primórdios floresceu. Ali se reunia da elite ao mais humilde plebeu.(...) Se na usina o assunto é sofisticação e tecnologia de ponta, na cidade velha é o batatismo poetizado quem na lembrança remonta. Em homenagem a esse alimento abençoado,

o Baile da Batata, muito antes da Açominas era pelo José Silas Coelho criado (MOARES, 1998, p. 40-2).

Podemos perceber também que nesses textos do primeiro grupo, em que a narrativa dos fatos é entremeada por comentários e digressões de caráter poético, o autor/narrador deixa registrados, de forma evidente, diferentes pontos de vista e sentimentos em relação aos fatos. Isso pode ser verificado no texto “Açominas, o pensamento que se arrastou pela história”, que se inicia da seguinte maneira:

Dos inconfidentes nasceu o sonho com o mais contemporâneo realismo. Para concretizá-lo aliaram-se geografia e filosofia a um ferrenho idealismo; poder político com teimosia e o antológico mineirismo; poesia e geologia com febril patriotismo; utopia e o senso de futurismo, acrescidos do orgulho e do civismo (MORAES, 1998, p. 17).

Com uma construção claramente lírica, incluindo o uso abundante de rimas e ritmo, o texto se aproxima de um poema em prosa, fazendo um elogio ao projeto da siderúrgica. É visível, nesse elogio, um caráter ufanista: cria-se uma via de comunicação entre a história dos inconfidentes e o projeto de modernização representado pela usina.

Ainda no mesmo texto, também construído de forma rimada, encontramos o comentário. Sua utilização permite ao autor mostrar as contradições e as diferentes perspectivas envolvidas no processo de implantação da indústria. Permite, também, mostrar como esse processo é visto por ele mesmo e pela comunidade. Essa visão, tendo como base o elogio, é assim apresentada pelo autor:

A localização da usina e seus privilégios foi com peso pelos doutores considerada. (...) Aureliano Chaves tornou no Estado a idéia formalizada. O gênio técnico e diplomático de José Bernardino dos Reis deixou a escolha selada. Raimundo Campos assessorou nos bastidores com as coordenadas. Demais pretensões ficaram vencidas e caladas. A questão ficou definitiva e sob qualquer aspecto incontestada. (...) Em fevereiro de 1976 houve da estaca inaugural a solene cravação. Primeiro passo de uma extraordinária realização, por que não dizer revolução? Presidente, governador, autoridades locais e da região. Cobertura da imprensa com sensacional divulgação. Seria um ato de brasileira repercussão. (...) Ali a Açominas nascia como quem nasce do nada (MORAES, 1998, p. 17-8).

Mais à frente, apresentando uma crítica a esse processo, o autor nos diz que, após a solene celebração:

Um período conflitante sucedeu a marcante ocasião. Incidentes próprios de uma radical transformação, que sempre encontra no caminho as pedras da rejeição, ou mesmo dos interesses alguma séria colisão. Iniciou-se uma indigesta negociação, gerando desgostos, pesadelos e inconformação. Contra o projeto chegou a haver revoltas e vozes de impreciação, conseqüentes da onda implacável de expropriação. Por ironia, uma novela da televisão, apesar de o enredo não passar de ficção,

mostrava uma cidade em semelhante condição. Os ânimos de Ouro Branco caíram então em depressão. Mas o progresso federal é imune a nostalgias ou paixão. O clamor dos protestos foi logicamente em vão (MORAES, 1998, p. 18).

Sem a pretensão de objetividade que caracteriza o texto histórico propriamente dito, é-nos permitido dizer que, nesses textos, os fatos pertencentes à grande história da cidade de Ouro Branco aparecem de uma forma mais subjetiva, o que é uma das características do texto memorialístico. Mas, ao mesmo tempo, essa subjetividade é múltipla e polifônica, pois inclui diferentes perspectivas de avaliação dos fatos.

3.3 Ficção, humor e o choque da modernização

Retomando o segundo grupo de textos, no índice designado como “Causos”, encontramos fatos curiosos do passado do município, supostamente reais, pois teriam sido também colhidos com as pessoas consultadas pelo autor. Isso foi confirmado pelo autor, em entrevista que ele nos concedeu. Nessas histórias percebemos o objetivo de quebrar a seriedade dos fatos narrados nos textos do primeiro grupo. Isso fica claro na estrutura do livro, pois os textos do segundo grupo aparecem intercalados aos do primeiro; aqueles recebem um tratamento humorístico e não mais lírico, como os primeiros textos.

Esses textos do segundo grupo – os “Causos” – são apresentados de forma leve. São narrativas curtas, escritas em linguagem coloquial, dando ao leitor a impressão de uma conversa informal. Esses textos são feitos a partir de pequenos acontecimentos do dia-a-dia que, se não fosse o trabalho do narrador, estariam à margem, colocados no arquivo de acontecimentos insignificantes e lá deixados. Para usar as palavras de Sá (1992), em sua definição de gênero cronístico, podemos dizer que nesses “causos”:

Há uma proximidade maior entre as normas da língua escrita e da oralidade, sem que o narrador caia no equívoco de compor frases frouxas, sem a magicidade da elaboração, pois ele não perde de vista o fato de que o real não é meramente copiado, mas recriado (SÁ, 1992, p. 11).

Destarte, paulatinamente verificamos que esses “causos” podem ser identificados ao gênero “crônica”. Este, no dizer de Cândido, “está sempre ajudando a estabelecer ou restabelecer a dimensão das coisas e das pessoas” (CÂNDIDO, 1992, p. 14). O autor, ao narrar a pequena história do passado da cidade de Ouro Branco, deixa no ar uma aparente superficialidade. Parafraseando Sá (1992, p. 10), dizemos que o leitor, nas entrelinhas do

texto, vai descobrindo uma história que até o momento fora deixada de lado ou escondida. Podemos, então, dizer que esses textos são crônicas memorialísticas.

É importante ressaltar que os acontecimentos registrados pelo autor estão ligados de alguma forma ao pretérito da cidade, seja no que se refere às pessoas “da terra” ou às que passaram por essa plaga. Para exemplificar a questão, podemos observar o texto “Zé Leocádio na capital”. Neste “causo”, o autor nos conta que a personagem foi a Belo Horizonte para comprar suprimentos agrícolas e aproveitou para visitar o amigo deputado. Leocádio, na presença do deputado, perguntou como o amigo estava passando. O deputado disse estar exausto por ter chegado de Brasília. Zé Leocádio interrompeu, eufórico, dizendo que fazia idéia, pois ele tinha ido de Opala e também estava numa canseira (MORAES, 1998, p. 28). Embora a história tenha se passado em Belo Horizonte, ela aconteceu com um personagem ourobranquense.

Tendo como foco, agora, o elemento ficcional presente nos “Causos”, podemos retomar o texto “Vamo pegá esse baixinho...”, que narra a história do engenheiro Rabelo. Nas linhas que antecedem a finalização do texto, o autor nos conta que ele, após ouvir a conversa dos empregados que o criticavam, apareceu rapidamente na frente deles:

O susto deixou congelado até o gasômetro da usina, que era o cenário de fundo deste acontecimento, principalmente porque Rabelo possuía alta graduação em Caratê e Jiu-Jitsu, tinha medalhas de atletismo e uma pistola semi-automática 7.65mm não saía de sua bolsa tiracolo, sempre com um outro pente carregado na reserva (MORAES, 1998, p.19).

Na entrevista a nós concedida pelo autor, este confirmou haver exagero na produção dessa história. E, de qualquer modo, a própria reconstituição da cena, com menções aos diálogos e às reações das personagens, já pressupõe um tratamento ficcional do episódio.

A presença do elemento ficcional aparece nitidamente em outros “Causos” constantes no livro *Ouro Branco - histórias, lendas e causos*. No momento, não podemos deixar de registrar a advertência que se encontra logo nas primeiras páginas do livro: o fato de que “Os ‘Causos’, conforme sugere a expressão, são despídos de quaisquer intenções envolvendo conceitos ou referências pessoais”; acrescida da informação de que “todos os nomes são fictícios” (MORAES, 1998, p. 03).

Deve-se destacar que, nessa parte do livro, o narrador geralmente não participa da história. Porém, no texto “Um tal Benedito Conceição”, ele se mostra como um personagem e volta a empregar a primeira pessoa do singular. No “Causo”, ele se torna amigo de Benedito Conceição – pessoa aparentando menos de 30 anos de idade quando o narrador o conheceu,

em 1984. Ditinho, alcunha dada a Benedito, é descrito como excelente em sua função de encarregado de solda, amigo de todos e por todos conhecido, pelo fato de ter trabalhado em “inúmeras obras de montagem mecânica pelo Brasil à fora” (MORAES, 1998, p. 70). No decorrer da história, o narrador-personagem diz ser muito observador e não falhar nessa questão. Para ele, Ditinho era expansivo, amigo de todos, humano, cooperador, enfim, de boa índole. Em determinada ocasião, Ditinho sumiu durante quatro dias, após ficar sabendo que tinha chegado a Ouro Branco um tal de Chicão, vindo de Valadares. Chicão queria matar Ditinho. No quinto dia, Ditinho apareceu e o amigo (o narrador-personagem) disse que não via nenhuma relação entre o aparecimento de Chicão e o sumiço de Benedito. A narrativa segue com elogios para Benedito. Em um trecho, o autor mostra sua percepção da presença do elemento ficcional, afirmando que “peão de trecho é especialista em cultivar lendas” (MORAES, 1998, p. 72).

Um pouco mais à frente no texto, seria o final de semana prolongado; todos da obra viajariam para suas terras, inclusive Benedito, que era de Valadares. Na segunda-feira, na hora da sesta, como de costume, alguns colegas jogavam baralho com Ditinho em uma sala e, na outra, os demais conversavam. O assunto era referente a menores desamparados, conforme publicado no jornal aberto sobre a mesa. O amigo de Benedito viu na página ao lado a notícia que ainda não havia chamado a atenção de ninguém. Era a notícia de que:

Em Valadares, o corpo de um conhecido perturbador da ordem pública foi encontrado perfurado de balas na madrugada de sábado, numa rua deserta da cidade. A maioria da população considerou este acontecimento como uma autêntica “limpeza”, já que se tratava de um elemento considerado de alta periculosidade, esse Francisco de Assis Oliveira, vulgarmente chamado de Chicão (MORAES, 1998, p. 72).

Terminando o “causo”, novamente aparece a primeira pessoa do singular, com o narrador retomando, de forma irônica, os elogios para Benedito e para si mesmo: “Que moço bonzinho esse Benedito Conceição! Meu senso de observação jamais me permitiu cometer equívocos” (MORAES, 1998, p. 72-3). É interessante, portanto, que a primeira pessoa do singular, denunciando a presença do narrador-personagem, apareça justamente num momento em que sua percepção dos fatos narrados é incorreta.

Ao apresentar essas crônicas, Germano de Moraes parece tentar recuperar o que Benjamin diz estar se extinguindo no mundo moderno: “a faculdade de intercambiar experiências”, desempenhada pelo narrador tradicional (BENJAMIN, 1994, p. 198).

Como já dissemos, essas historietas apresentadas no livro *Ouro Branco – histórias, lendas e causos* são pertencentes à pequena história do passado da cidade. Apesar de a cidade

estar, sobretudo a partir do final da década de setenta, vivendo e sentindo o processo de modernização acontecer, as tradições, a simplicidade e, às vezes, até a ingenuidade das pessoas se mostram presentes nesses textos – coisas típicas de pequenas cidades, onde “todo mundo conhece todo mundo”. Vale a pena lembrar que antes da chegada da usina a população do município não chegava a quatro mil habitantes.

As pessoas residentes em Ouro Branco naquela época possuíam seus hábitos, seus costumes, e tiveram que assimilar todo o impacto que a modernização provocada pela chegada da grande siderúrgica produziu. Além do aumento populacional, a Ouro Branco simples, tradicional, pacata, com sua agricultura e pecuária, defrontou-se com uma nova Ouro Branco, movimentada, agitada e com novos hábitos e valores. O espaço público, os costumes, a vida econômica, tudo se transformou. As crônicas memorialísticas de Germano de Moraes mostram uma Ouro Branco em via de modernização, onde os antigos hábitos e costumes do povo ourobranquense ainda não desapareceram. O que elas mostram é um choque: o simples, o tradicional, *versus* a modernização. Assim, podemos afirmar que essas crônicas contam um outro passado da cidade de Ouro Branco, que só pôde ser apreendido nas entrelinhas das lembranças da comunidade. Parafraseando Benjamin (1994, p. 203), é possível dizer também que não há nelas a imposição de uma interpretação única ao leitor/ouvinte: este compreende a narrativa da forma que melhor lhe for conveniente.

Comparando o *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco* e o livro *Ouro Branco – histórias, lendas e causos*, podemos repetir o que já foi exposto até aqui: que este é memorialístico e aquele, histórico. A linguagem do primeiro livro é mais formal, por querer objetividade, informação dos fatos acompanhada de explicações. Já no segundo livro, especialmente nos “causos”, a linguagem empregada é mais descompromissada, com um tom coloquial e humorístico.

Podemos dizer que, de certo modo, enquanto o texto memorialístico se aproxima das pessoas, o texto histórico se distancia. Esse distanciamento talvez se explique pelo fato de que o texto histórico busca veracidade, objetividade, busca conduzir a um raciocínio, sendo, portanto, mais monofônico. Já o texto de memórias, provavelmente por ser produzido a partir de experiências individuais e coletivas, é abertamente subjetivo e tende a ser mais polifônico.

Assim, o texto memorialístico mostra o passado de uma forma bem diferente da forma que é típica do texto histórico tradicional. Essa diferença entre textos memorialísticos e históricos, no entanto, não está no suposto grau de veracidade de cada um, ou no fato de haver ou não um ponto de vista por trás da narrativa. Sabemos que ambos têm ponto(s) de vista, embora no texto memorialístico essa perspectiva seja explícita. Em nossa análise dos dois

livros, verificamos que uma diferença importante entre os dois gêneros está no fato de que, por ser a memória sempre marcada pelo coletivo, ela tende a fazer com que apareçam pontos de vista diferentes e contraditórios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos, então, ao fim de nosso percurso. Ao longo desta dissertação buscamos cumprir o nosso objetivo de realizar um estudo comparativo dos gêneros textuais e discursivos história e memória e de analisar o modo como textos vinculados a esses gêneros reconstróem e interpretam o passado de Ouro Branco. Nestas considerações finais, buscaremos retomar os argumentos desenvolvidos no trabalho, a fim de consolidar e articular os resultados da pesquisa.

Para cumprir o objetivo proposto, colhemos na bibliografia dos estudos sobre a linguagem algumas considerações teóricas a respeito dos gêneros discursivos e textuais. Enquanto nas obras que se referem aos gêneros discursivos encontramos a preocupação com os aspectos ideológicos e sociais do texto, nos estudos que tratam dos gêneros textuais são abordados os aspectos estruturais e formais do texto. Os dois aspectos, no entanto, estão intimamente relacionados no uso efetivo da linguagem, pois as características estruturais e formais dos textos são definidas, em grande medida, pelos fatores ideológicos e sociais do ambiente em que eles são produzidos e veiculados.

Após esses primeiros apontamentos, foi necessário tentar delinear, do ponto de vista teórico, os gêneros discursivos e textuais em foco (história e memória), bem como identificar suas semelhanças e diferenças. Vimos que os textos vinculados ao gênero história apresentam a chamada objetividade. Nesses textos, o historiador – utilizando a narração e a argumentação, empregando uma linguagem mais formal e buscando comprovação documental dos fatos narrados – tenta reconstruir o passado de uma forma supostamente “verdadeira”. Essa fidelidade ao real, no entanto, é ilusória, pois todo texto ou discurso pressupõe a existência de um enunciante e de determinadas condições de enunciação, ou seja, todo texto é ideológico. Assim, a objetividade do texto histórico é apenas um artifício, por meio do qual tenta-se esconder as marcas do sujeito da enunciação, para dar ao leitor a impressão de que os fatos narrados e analisados encontram-se, ali, sem nenhuma interpretação ou interferência do autor.

Já nos textos memorialísticos, o passado é visto numa perspectiva abertamente subjetiva. São textos feitos a partir das lembranças individuais ou coletivas, portanto há inevitavelmente neles uma certa multiplicidade de perspectivas de interpretação sobre o mesmo assunto. Pois mesmo a memória individual está sempre impregnada por elementos da

memória coletiva, uma vez que é através do discurso e da interação verbal que ela se constitui e adquire força social:

Fora de sua objetivação, de sua realização num material determinado (o gesto, a palavra, o grito), a consciência é uma ficção. (...) Mas, enquanto expressão material estruturada (através da palavra, do signo, do desenho, da pintura, do som musical etc.) a consciência constitui um fato objetivo e uma força social imensa (BAKHTIN, 1979, p. 117-18).

O caráter abertamente subjetivo da memória permite ao narrador utilizar uma linguagem mais descompromissada, recorrendo, às vezes e com mais freqüência do que na história, a elementos poéticos e mesmo ficcionais.

No estudo dos dois textos sobre o passado da cidade de Ouro Branco, foi possível verificar essas características e perceber como eles se distanciam e se aproximam em relação aos fatos pretéritos. Paralelamente, pudemos também fazer algumas reflexões sobre o modo como, nesses textos, o passado da comunidade ourobranquense é apresentado aos seus membros.

Nos textos de caráter histórico que fazem parte do *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco*, observamos que o narrador não participa da história e que é utilizada a terceira pessoa. Para cumprir a função de assegurar a suposta veracidade do relato, os textos são repletos de fotos, menções a personagens históricas e datas. No que se refere à cidade, consideram-se os aspectos geográficos, históricos, político-administrativos, econômicos e institucionais (saúde, educação, ação social, turísticos e culturais) e exclui-se a história social da comunidade. Tentando esconder o papel de mediador do historiador, esses textos apresentam uma versão interpretativa do passado, enfatizando determinados acontecimentos que projetam uma visão ufanista da comunidade ourobranquense, de acordo com os objetivos do poder político e econômico. Desse modo, o ponto de vista que está por trás dessa interpretação é escamoteado, apresentando-se como o próprio real algo que é apenas uma visão interessada dos fatos pretéritos.

O livro *Ouro Branco – histórias, lendas e causos* também busca uma via de comunicação com o passado de Ouro Branco, mas essa via é de outra natureza. Por suas características textuais e enunciativas, podemos dizer que se trata de um texto memorialístico. Além dos fatos mais relevantes, pertencentes à chamada grande história da cidade, há também a presença de pequenos acontecimentos ligados ao passado da comunidade ourobranquense, cuja importância, do ponto de vista historiográfico, é muito reduzida. Tanto nos textos de caráter lírico que tratam dos fatos históricos importantes quanto nos textos cronísticos que

falam dessa pequena história da cidade, é possível identificar a presença de diferentes pontos de vista sobre a matéria narrada. Por ter sido feito a partir das lembranças da comunidade, o livro de alguma forma carrega a multiplicidade de perspectivas pelas quais esses acontecimentos são vistos pelas pessoas que os vivenciaram. Desse modo, o livro acaba trazendo para dentro de si algo que, no relato histórico, foi excluído por não interessar aos sujeitos que o produziram. Especialmente nos textos cronísticos e humorísticos que falam de pequenos acontecimentos e personagens curiosos da cidade, o que se evidencia é a história de uma comunidade que, de muitas formas diferentes, sofreu com o processo de modernização desencadeado pela chegada de uma grande indústria.

Destarte, podemos concluir esta dissertação afirmando que é necessário ler criticamente os textos históricos, pois as informações que ele apresenta como se fossem inquestionáveis e livres de interpretação são sempre uma visão parcial do passado. Isso é feito, nesses textos, por meio da utilização de um conjunto de mecanismos textuais a que se dá o nome de objetividade. Assim, outros gêneros discursivos e textuais, e mesmo os textos estritamente literários, podem nos ensinar algo sobre o passado, como o faz a memória. Por suas características textuais e enunciativas, o relato memorialístico pode dizer coisas sobre o passado que tendem a não aparecer no texto histórico tradicional. Pois o texto memorialístico é altamente polifônico, abertamente subjetivo e construído a partir de lembranças individuais ou coletivas, dando portanto mais espaço para as contradições. Desse modo, os textos memorialísticos nos ajudam a olhar criticamente a história. Mas, como essas produções também são versões interpretativas do passado, com seus interesses e pontos de vista (mais ou menos explícitos), elas também precisam ser lidas criticamente.

Por se tratar de um tema instigante, sabemos que ele não se esgota aqui. O assunto pode e deve suscitar novas reflexões, uma vez que a cada momento novos gêneros e novos suportes surgem, assim como o passado é recriado e reinterpretado em novas produções textuais e discursivas.

BIBLIOGRAFIA

- ANDRADE, Carlos Drummond. *Boitempo I*. Rio de Janeiro: Record, 1992.
- Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco*. Belo Horizonte: Didata, 2004.
- ARRIGUCCI, David. Móbile da Memória. In: _____. *Enigma e comentário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- BARTHES, Roland. O discurso da história. In: _____. *O rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- _____. *O óbvio e o obtuso*. Rio de Janeiro; Nova Fronteira, 1990.
- _____. *Elementos de Semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1993.
- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. Os gêneros do discurso. In: _____. *Estética da Criação Verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BENJAMIN, Walter. O narrador considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. *Magia, técnica, arte e política*. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BORGES, Jorge Luís. *Ficções*. São Paulo: Globo, 1995.
- BOSI, Eclea. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979.
- BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: Por um interacionismo sócio-discursivo*. São Paulo: EDUC, 1999.
- CÂNDIDO, Antônio. A vida ao rés-do-chão. In: CÂNDIDO, Antônio e outros. *A crônica; o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil*. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 1992.
- FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. *Lições de texto: leitura e redação*. São Paulo: Ática, 1996.
- GOUREVITCH, A. Y. O tempo como problema de história cultural. In: RICOUER, Paul e outros. *As culturas e o tempo*. São Paulo: Edusp, 1975.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HERSCHMANN, Micael M. & PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. O imaginário moderno no Brasil. In: *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20-30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

HOBBSAWN, Eric. *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 1989.

KOCH, Ingedore G. Villaça & TRAVAGLIA, L.C. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1998.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: editora da UNICAMP, 1996.

MARCUSCHI, Luiz Antônio; MACHADO, A. R. & BEZERRA, M. A. (orgs). *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. São Paulo: Cortez, 2002, p.19-36.

MIRANDA, Wander Melo. *Corpos escritos*. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1992.

MIRANDA, Wander Melo. As fronteiras internas da nação. *Anais do 5º Congresso da Abralic. Cânones e contextos*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

MORAES, Germano de. *Ouro Branco – histórias, lendas e causos*. Ouro Branco: 1998.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro v.2, nº 3, p.3-15, 1989.

ROJO, Roxane H. R. *Gêneros do discurso e gêneros textuais: Questões teóricas e aplicadas*. São Paulo: mimeo, 2004.

SÁ, Jorge de. *A crônica*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1992.

SANTOS, Luís Alberto Brandão. Literatura e História: convergência de possíveis. In: BOECHAT, Maria Cecília Bruzzi e outros. *Romance histórico: recorrências e transformações*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000.

SILVA, Marcelino Rodrigues da. *O jogo da memória: identidade e conflito nas tradições locais e regionais*. Três Corações: mimeo, 2006.

_____. A descoberta do local. *Recorte – Revista de Linguagem, Cultura e Discurso*, Três Corações v. 1. n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.unincor.br>

VIDON, Luciano Novaes. Textualidade e Dialogismo. *Recorte – Revista de Linguagem, Cultura e Discurso*, Três Corações v. 1. n. 1, 2004. Disponível em: <http://www.unincor.br>

WHITE, Hayden. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Trad. Alípio Correia de Franca Neto. São Paulo: Edusp, 1994.

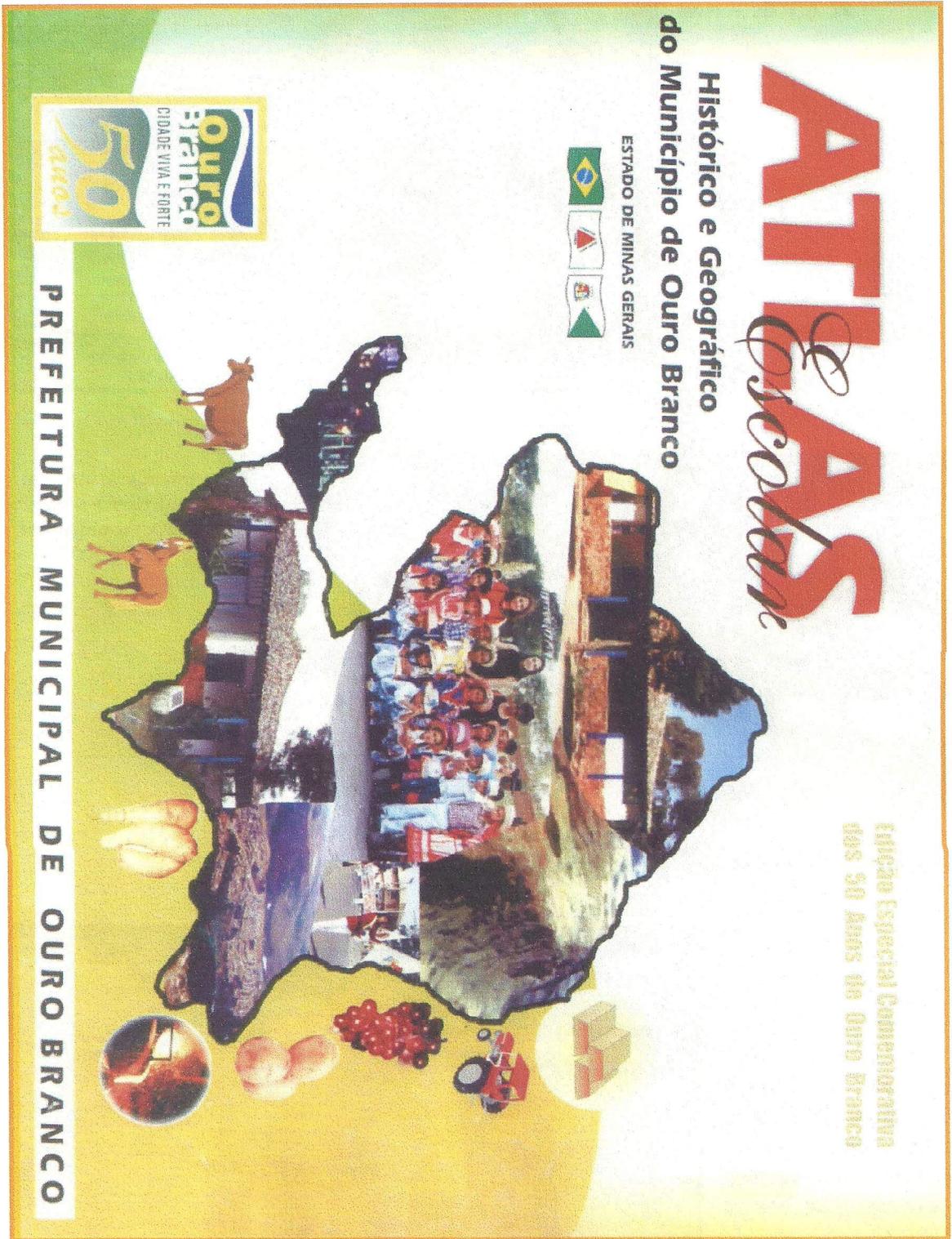
REVISTA AÇOMINAS. O Sonho dos Inconfidentes, 25 de julho de 1986.

REVISTA AÇOMINAS. A Usina / Açominas. A Cidade, junho de 1980.

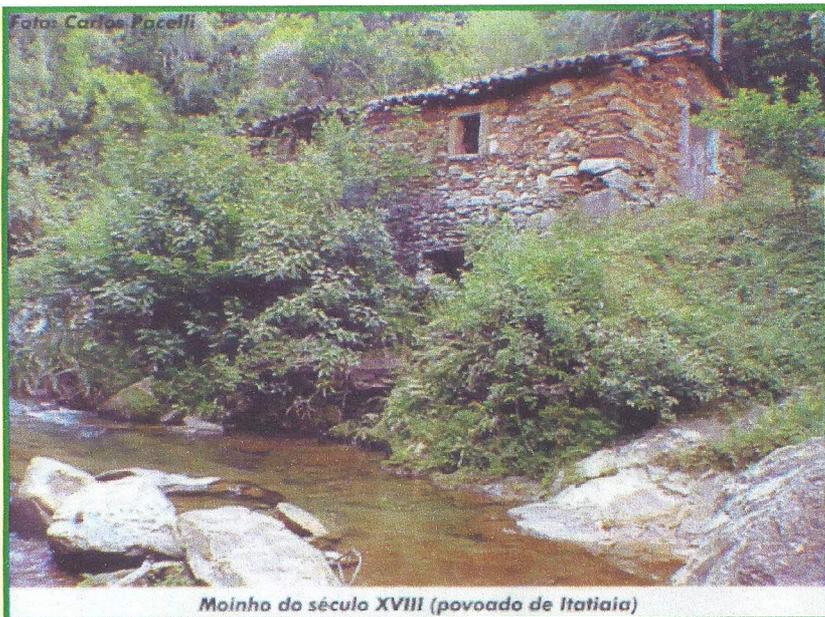
http://www.criticanarede.com/fil_historia.html. Acesso em: 12 de maio de 2006.

<http://www.ricardocosta.com/pub/entre.htm>. Acesso em: 12 de maio de 2006.

ANEXOS



Fonte: (Capa) Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco, 2004.

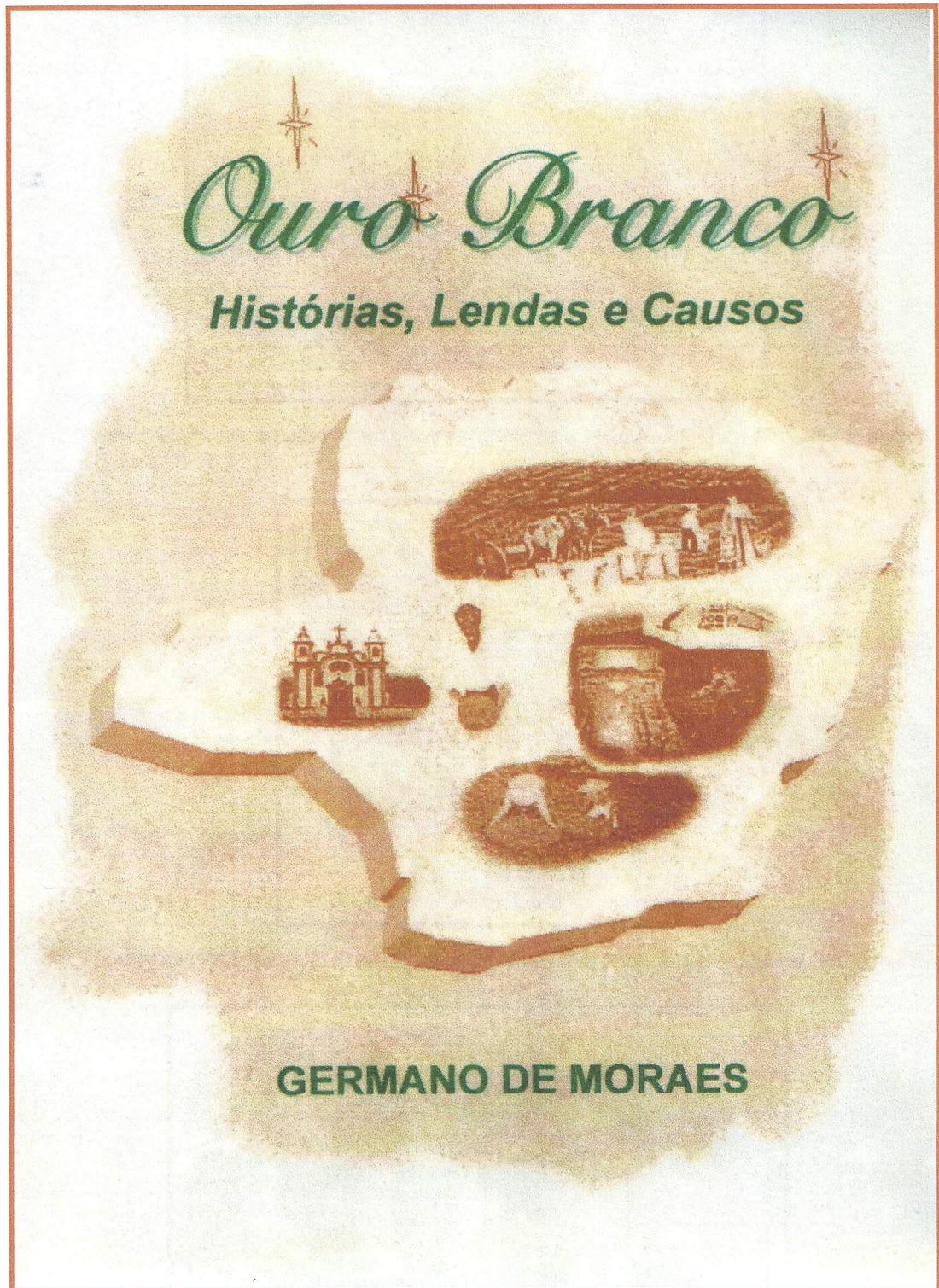


Fonte: *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco*, 2004, p. 28.

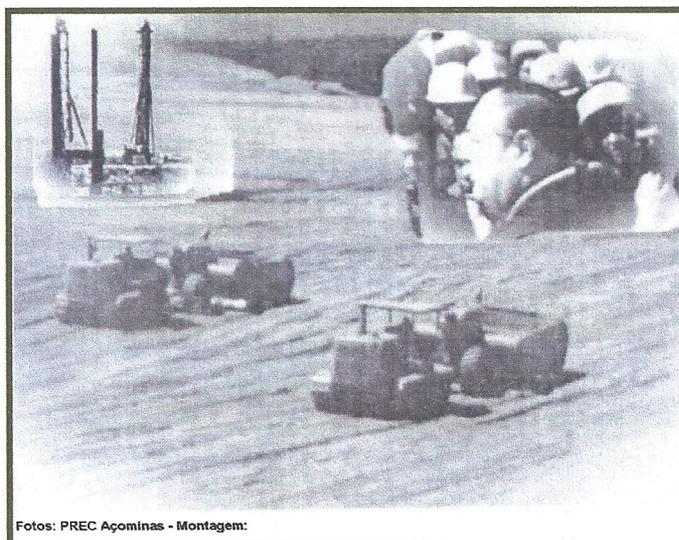
Fonte: *Atlas Escolar Histórico e Geográfico do Município de Ouro Branco*, 2004, p. 53.



Fotografia de André Luis Figueiredo de Souza “uma entrada aberta aos inconfidentes, ao aço, ao progresso”.



Fonte: (Capa) *Ouro Branco – histórias, lendas e causos*, 1998.

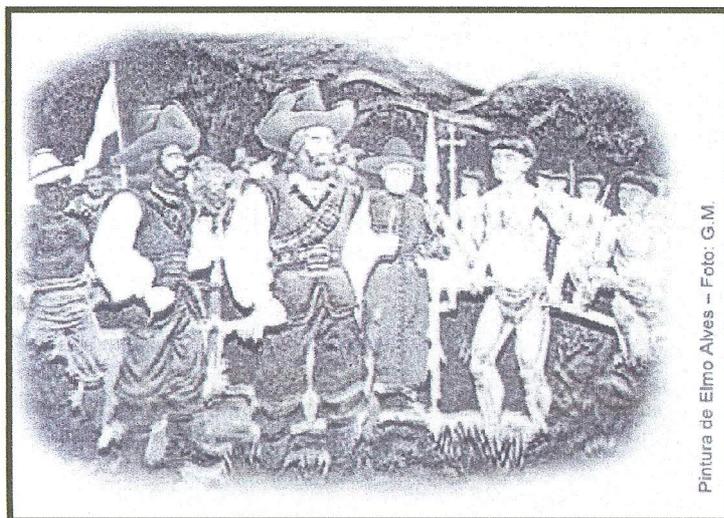


Fotos: PREC Açominas - Montagem:

Fonte: Açominas, o pensamento que se arrastou pela história. In: *Ouro Branco – histórias, lendas e causos*, 1998, p. 17.



Fonte: Dois Prefeitos, Um Mito. In: *Ouro Branco – histórias, lendas e causos*, 1998, p. 33.



Pintura de Elmo Alves – Foto: G.M.

Fonte: Ouro Branco – a descoberta. In: *Ouro Branco – histórias, lendas e causos*, 1998, p. 49.

AUTORIZAÇÃO

Autorizo o empréstimo e a reprodução total ou parcial do meu trabalho, ficando a pessoa interessada responsável pela citação, na íntegra, da fonte consultada.

Empréstimo

Reprodução total

Reprodução parcial

Cláudio Sudario Lopes Filho.

Cláudio Sudario Lopes Filho

Autor do Trabalho